

Economia Solidária no Fórum Social 2002



Economia Solidária no Fórum Social 2002



Rio de Janeiro, julho de 2003

Ficha Técnica:

PACS - Instituto Políticas Alternativas
para o Cone Sul
CNPJ.: 31.888.076/0001-29
Av. Rio Branco, 277 / 1609 Centro
CEP 20.040-009 Rio de Janeiro/ RJ
Telefax: (0xx21) 2210-2124
Correio Eletrônico: pacs@pacs.org.br
Sítio do PACS: www.pacs.org.br
Sítio do Pólo de Socioeconomia Solidária:
www.socioeco.org

Série: Semeando Socioeconomia
Nº 7 - Economia Solidária no Fórum Social 2002

Equipe Técnica:

Marcos Arruda, Sandra Quintela,
Ruth Espínola Soriano, Robson Patrocínio,
Alain Simon, Terezinha Pimenta e Pedro Quaresma

Traduções:

Mauro Delgado, Gianinna Greco e Ruth Espínola
Soriano de Souza Nunes

Revisão:

Lycia Ribeiro

Projeto Gráfico:

Gabriela Caspary Corrêa

Ilustrações:

Kita Telles

Fotos:

Marti Olivella

Fotolito:

Pigmento

Impressão: Grafithaly**Apoio:**

Ação Quaresmal
Christian Aid
E-Changer
FPH
Fundação Ford
Instituto Marista de Solidariedade
SCIAF
Trócaire

Economia Solidária no Fórum Social Mundial 2002/
organizado pelo PACS - Instituto Políticas Alternativas
para o Cone Sul. Rio de Janeiro: PACS,
2003. (Semeando Socioeconomia, 7).

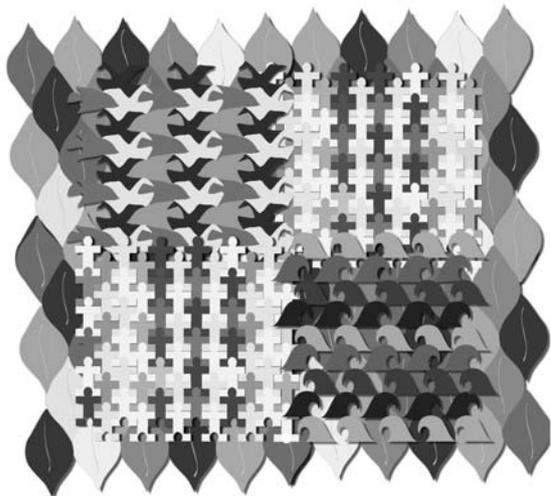
p. 80

1. Socioeconomia Solidária. 2. Fórum Social Mundial II.
l. s.

Nº 85-89366-04-9

Sumário

Apresentação	4
Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora	6
Iniciando ... continuando ... reflexões, debates, sonhos, utopias e estratégias coletivas	20
O gênero nos direitos econômicos	38
Economia Solidária: uma abordagem europeia	50
A proposta de Economia Solidária frente à economia neoliberal	58
Síntese	70



Apresentação

A Economia Solidária está orientada apenas a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, ou tem a vocação de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades materiais de cada um/uma e de todos/todas os/as cidadã(o)s da Terra?

Essa foi a questão chave debatida na Conferência sobre Economia Solidária no Eixo I: Produção de riquezas e reprodução social do Fórum Social Mundial 2002.

O conteúdo desses debates está aqui apresentado através de seis textos. O primeiro texto “Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora” é que deu início às discussões. Foi elaborado pelo Pacs e assumido pelo Grupo de Trabalho de

Economia Solidária formado pelas organizações: Caritas Nacional, Pacs, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, Fase Nacional, Anteag, Ibase, Rede Unitrabalho, Rede de Incubadoras Tecnológicas, Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade do Governo do Rio Grande do Sul; Prefeitura de São Paulo e Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT.

Este texto serviu de base para o segundo documento aqui apresentado, também com o mesmo título “Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora”. Foi elaborado pela REAS - Rede de Economia Alternativa e Solidária/Espanha apresentando uma combinação de propostas de diversas redes nacionais e internacionais sobre o tema. São essas redes: Coalición Rural/México e EUA, COLACOT - Confederação Latino-Americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores da América Latina, FAMES - Fórum de Mulheres Africanas por um Mundo de Economia Solidária/Senegal, FINANSOL - Finanças Solidárias/França, GESQ - Grupo de Economia Solidária do Quebec e P.Q/Canadá, GRESP - Grupo de Economia

Solidária do Peru, IRES - Inter-redes de Economia Solidária/França, MAG2 Finanza /Itália, PSES - Pólo de Socioeconomia Solidária /Global, RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária/Brasil, REAS - Rede de Economia Alternativa e Solidária/Espanha, Rede de Trocas Solidárias/Argentina. Trata-se, portanto de um texto propositivo. Os demais textos apresentados pelos conferencistas abordam, a partir da concepção européia - Jean Louis Laville; da concepção das mulheres - Rosa Guillen, e de uma análise desde do ponto de vista macropolítico e econômico, perspectivas diversas, análises e abordagens sobre o tema da Economia Solidária - José Luis Coraggio. O último texto “Economia Solidária: caminho para construir dia-a-dia uma outra globalização” é uma síntese da Conferência elaborada a partir de um roteiro proposto pelo Comitê Organizador do FSM. Todos os textos apontam para a necessidade de aprofundar a discussão já iniciada e avançar na construção de plataformas de ações concretas.

O processo de elaboração dessa conferência procurou seguir os princípios da Economia Solidária. Nos pautamos sempre no diálogo, na construção coletiva, na complementaridade e não na concorrência dos argumentos e visões de cada conferencista. Trocamos dezenas de correios eletrônicos buscando comentários, críticas, sugestões da melhor maneira de levar-

mos esse debate que estaria pela primeira vez ocupando uma conferência no FSM. Buscamos articular todas as redes internacionais de Economia Solidária na perspectiva dessa troca e construção coletiva.

Mais de duas mil pessoas compareceram ao Salão de Atos da PUC - RS no dia 10 de fevereiro de 2002. Talvez tenha sido a maior atividade realizada sobre Economia Solidária em nível internacional. Um debate riquíssimo se sucedeu às conferências. Chegavam questões que buscavam respostas imediatas para a solução do problema do desemprego crônico. Outras sobre a construção radical de plataformas globais de transformação social. Algumas cheias de esperança, outras céticas. O debate foi dinâmico e enriquecedor. Contribuíram na organização e sistematização das dezenas de perguntas os companheiros da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária João Joaquim de Melo Neto Segundo (Banco Palmas) e Ruth Espinola Soriano (Pacs). Além de Euclides Mance (IFIL) e Marcos Arruda (Pacs) que apoiaram a elaboração da síntese do evento. Finalmente, para mim foi uma grande honra e alegria coordenar essa conferência. Deu muito trabalho, mas foi muito bom comprovar que a cooperação, o diálogo e o trabalho coletivo de fato produzem ótimos resultados.

Boa Leitura!

Sandra Quintela, Julho 2003

Economia Solidária, fundamento de uma globalização humanizadora

Contribuição do GT de Economia Solidária para o lançamento do debate sobre Economia Solidária, que constitui um dos cinco temas do Eixo “Produção das riquezas e reprodução social” no Fórum Social Mundial 2002.

Versão revisada a partir das sugestões de José Luis Coraggio, Joan Lluís Jornet e de REAS/Espanha.

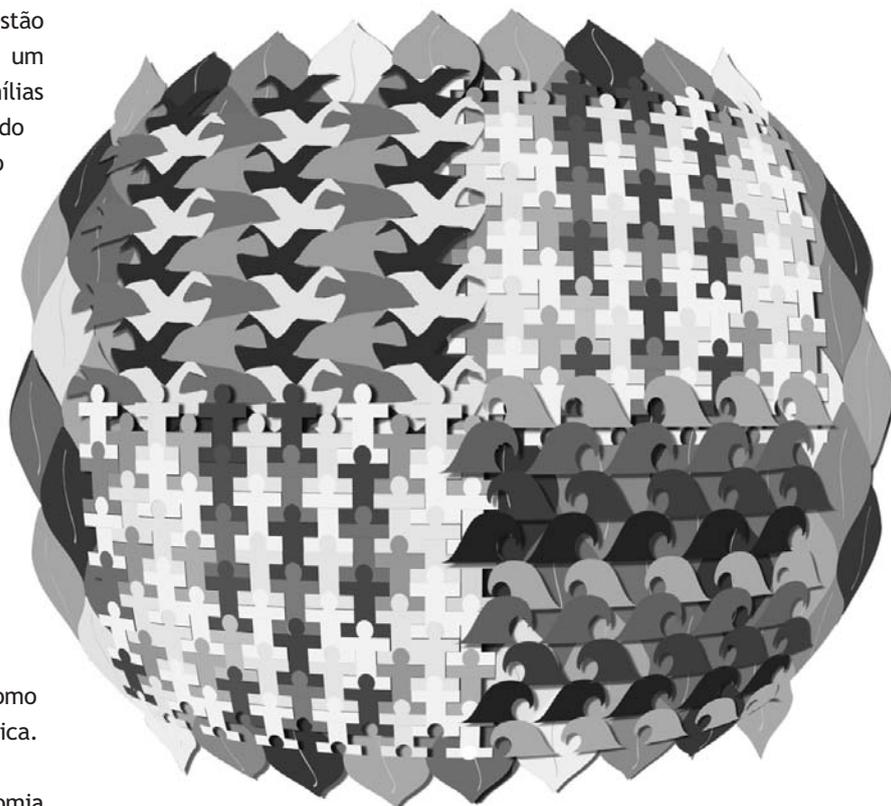
A questão-chave a debater na Conferência e Seminário sobre Economia Solidária consiste no seguinte: a Economia Solidária está orientada apenas a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, ou tem a vocação de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida?

Ao longo da história, o capitalismo tem se caracterizado pela sua capacidade de desenvolver as oportunidades produtivas. Contudo, sua produtivi-

dade tem sido acompanhada por uma constante concentração da riqueza e da renda, resultando em crescentes desigualdades sociais, miséria e exclusão. A economia capitalista está fundada na crença de que o mercado é capaz de auto-regular-se para o bem de todos, e que a competição é o melhor modo de relação entre os atores sociais. Mas a lógica do mercado capitalista só reconhece as necessidades humanas que podem ser satisfeitas sob a forma de mercadorias e são oportunidades de lucro privado e de acumulação de capital. O capital, por sua vez, só reconhece a demanda efetiva, isto é, o poder de compra. Quem tem necessidades, mas não tem poder de compra não é reconhecido como sujeito de direitos pelo capital. Num mundo de

desemprego crescente, em que a grande maioria dos trabalhadores não controla nem participa da gestão dos meios e recursos para produzir riquezas, um número sempre maior de trabalhadores e famílias perde o acesso à remuneração e fica excluído do mercado capitalista. Por outro lado, a competição nos marcos deste mercado lança trabalhador contra trabalhador, empresa contra empresa, país contra país, numa guerra sem tréguas em que todos são inimigos de todos e ganha quem for mais forte, mais rico e, freqüentemente, mais trapaceiro e corruptor ou corrupto. A história tem mostrado que o número dos que ganham acesso à riqueza material é cada vez mais reduzido, enquanto aumenta rapidamente o número dos que só conseguem compartilhar a miséria e a desesperança. Além disso, tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação parecem reduzir-se ao valor produtivo e mercantil, sem levar em conta outros valores, como o ambiental e o social, de uma atividade econômica.

Neste cenário, sob diversos títulos - Economia Solidária, economia social, socioeconomia solidária, humanoeconomia, economia popular, economia de





proximidade, etc. -, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. Mas seu horizonte vai mais além. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. As experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se. Apesar dessa diversidade de origem e de dinâmica cultural, a valorização social do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a Natureza e os valores da cooperação e da solidariedade parecem ser pontos de convergência.

Alcance da Economia Solidária

Usando este termo para abranger todas as práticas e propostas que partilham esses princípios, podemos dizer que a Economia Solidária - ES não quer se limitar à organização da produção. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios, gerando crises recessivas, hoje de alcance global. A ES também busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial. Propõe a atividade econômica e social enraizada no seu contexto mais imediato e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência. Redes de consumidores têm se espalhado por diversos países, definindo conscientemente seus níveis de consumo com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis. A ES rejeita a proposta de mercantilização das pessoas e da Natureza às custas da espoliação do meio ambiente terrestre, contaminando e esgotando os recursos naturais no Norte em troca de zonas de reserva no Sul. A ES promove o desenvolvimento

de redes de comércio a preços justos, procurando que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos mais eqüitativamente entre grupos e países. O consumo organizado e consciente tem a capacidade de exercer pressão em favor da maior qualidade dos produtos, de regulações mais efetivas desta qualidade. Também é capaz de exercer o papel de consolidar e reativar os modos de produção tradicionais, baseados em relações de proximidade, de reciprocidade e de equilíbrio ecológico; desencadear novas atividades produtivas de alta eficiência social, ampliando a organização da produção e reprodução através de redes de complementaridade responsável e comércio justo.

O financiamento da economia é outro desafio importante que a Economia Solidária busca enfrentar. A redefinição do papel do dinheiro; a descentralização responsável das moedas circulantes nacionais e o estímulo ao comércio justo e solidário, utilizando moedas comunitárias; o consequente empoderamento financeiro das comunidades; o controle e a regulação dos fluxos financeiros para que cumpram seu papel de meio e não de finalidade da atividade econômica; a imposição

de limites às taxas de juros e aos lucros extraordinários de base monopólica, o controle público da taxa de câmbio e a emissão responsável de moeda nacional para evitar toda atividade especulativa e defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado são alguns dos elementos fomentadores de uma política autogestionária de financiamento do investimento do nível local ao nacional. O valor central aqui é o direito de comunidades e nações à soberania sobre suas próprias finanças. Assim também, os bancos cooperativos, os bancos éticos, as cooperativas de crédito, as instituições de microcrédito solidário e os empreendimentos mutuários, todos com o objetivo de financiar seus membros e não concentrar lucros através dos altos juros, são componentes importantes do sistema socioeconômico solidário, dando ao povo acesso ao crédito baseado nas suas próprias poupanças.

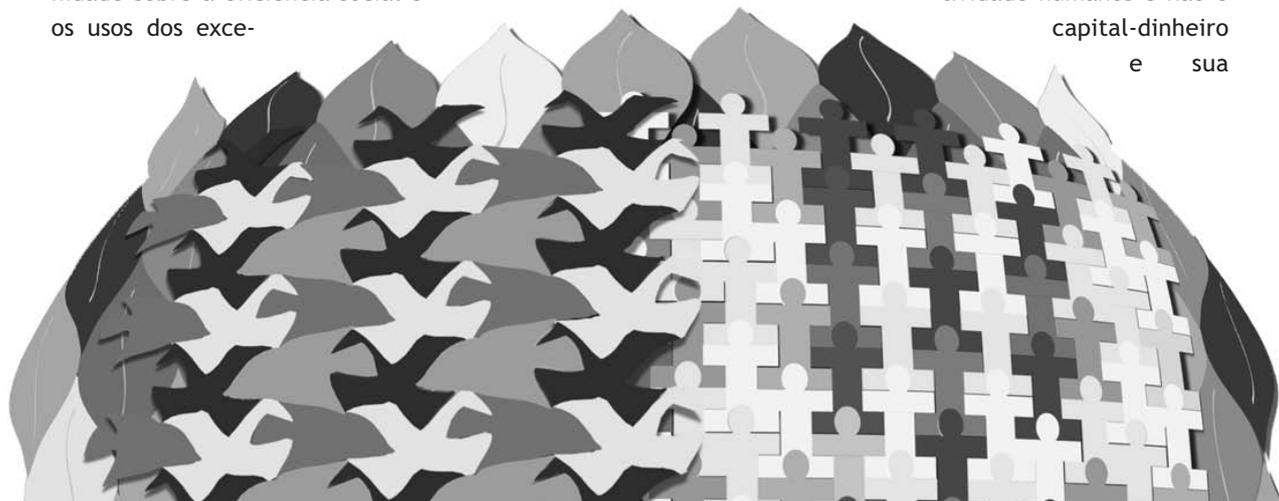
Articulando o consumo solidário com a produção, a comercialização e as finanças, de modo orgânico e dinâmico e do nível local até o global, a Economia Solidária amplia as oportunidades de trabalho e intercâmbio para cada agente, sem afastar a atividade econômica do seu fim primeiro, que é responder



às necessidades produtivas e reprodutivas da sociedade e dos próprios agentes econômicos. Ela permite articular solidariamente os diversos elos de cada cadeia produtiva em redes de agentes que se apoiam e se complementam. Conceitos como vantagens cooperativas e eficiência sistêmica substituem as velhas práticas da competição e da maximização da lucratividade individual. Consciente de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada agente econômico busca contribuir para o progresso próprio e do conjunto, resultando em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos. A partilha da decisão com representantes da comunidade sobre a eficiência social e os usos dos exce-

entes permitem que se faça investimentos nas condições gerais de vida de todos e na criação de outras empresas solidárias, outorgando um caráter dinâmico à reprodução social.

A Economia Solidária, nas suas diversas formas, é um projeto de desenvolvimento destinado a promover as pessoas e coletividades sociais a sujeito dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, visando a suficiência em resposta às necessidades de todos e o desenvolvimento genuinamente sustentável. O valor central da Economia Solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua



propriedade sob quaisquer de suas formas. Ao acolher e integrar de uma só vez cada pessoa e toda a coletividade, a Economia Solidária resgata a dimensão feminina que está ausente da economia centrada no capital e no Estado. Sendo a referência da Economia Solidária cada sujeito e, ao mesmo tempo, toda a sociedade, concebida também como sujeito, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que visa a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa. Assentada em redes de colaboração solidária entre os diferentes setores da sociedade organizada, ela exige o compromisso dos

poderes públicos com a democratização do poder, da riqueza e do saber, e estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania, exercendo sua soberania por meio da democracia e da gestão participativa.

A organização socioeconômica da Economia Solidária exige o respeito à autonomia dos empreendimentos e organizações dos trabalhadores, sem a tutela de Estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas, que suprimem a participação direta dos cidadãos trabalhadores. A Economia Solidária, em primeiro lugar, exige a responsabilidade dos Estados nacionais pela defesa dos direitos universais dos trabalhadores, que as políticas neoliberais pretendem eliminar. Ademais, preconiza um Estado democraticamente forte, empoderado a partir da própria Sociedade e colocado ao serviço dela, transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãos de cada um e de todos. Tal Estado precisa atuar em dois níveis. Por um lado, garante, protege e promove um projeto próprio e democrático de desenvolvimento socioe-

conômico e humano, construído a partir e com a participação da sociedade civil no nível local e nacional. Por outro lado, se relaciona de forma cooperativa e solidária com outras nações, promovendo a complementaridade de recursos e interesse, e buscando instituir uma comunidade internacional centrada nos valores da cooperação, da complementaridade, da reciprocidade e da solidariedade. O valor central aqui é a soberania nacional num contexto de interação respeitosa com a soberania de outras nações. O Estado democraticamente forte é capaz de promover, mediante o diálogo com a sociedade, políticas públicas que fortalecem a democracia participativa, a democratização dos fundos públicos e dos benefícios do desenvolvimento.

Enfim, nascida sobretudo entre os excluídos dos Estados de bem estar material, sem acesso aos bens produtivos, aos mercados, à tecnologia e ao crédito, a ES revela o potencial de ser um paradigma de outra globalização, que demonstra que Outro Mundo é Possível. Ao mesmo tempo que reconhecemos todas estas capacidades propositivas da Economia Solidária, entendemos que é necessário unificar esforços e articular ações conjuntas para fazer avançar esse projeto.

Alguns aspectos tendem a diferenciar as experiências, que se referem à própria relação delas com o modo de produção dominante. Examinemos os mais relevantes, colocando-os como temas para discussão antes e durante o Fórum Social Mundial 2002.

1. A questão da propriedade social e a apropriação dos lucros

Trata-se da superação da exploração capitalista do trabalho humano através da apropriação privada dos meios de produzir e dos benefícios gerados pela produção, comercialização e atividades financeiras. A participação social não apenas nos lucros do empreendimento, mas também na propriedade e no controle do mesmo, enquanto o trabalhador está vinculado a ele por meio do seu trabalho, é um fator distintivo dos empreendimentos que compõem um modo alternativo de propriedade ao modo privatista dominante. Em alguns países, como a Colômbia, o Equador e a Nicarágua (durante o governo sandinista), eles chegam a constituir um setor reconhecido da economia nacional, Setor de Economia Solidária ou Setor de Propriedade Social. A história demonstrou que o problema não é apenas a propriedade dos meios de produção, mas também os mecanismos de apropriação de valor na esfera da circulação.



Nas diversas culturas existem diferentes formas de organização da produção e da reprodução baseadas em relações de reciprocidade que têm ou não reconhecimento formal do Estado e que se contrapõem igualmente à organização capitalista no que se refere à forma de combinar propriedade e distribuição dos bens materiais. Também há formas de produção comunitária de bens públicos (mutirões para construir casas da comunidade ou infraestruturas, alfabetizar, etc.)

2. A questão da autogestão

Refere-se à gestão cooperativa, ou autogestão, ou gestão coletiva e democrática do empreendimento por todos os seus sócios, pelo sistema de cada pessoa um voto. Surgiu na Europa, no início da industrialização, como forma de superar a oligocracia empresarial dominante. Tem se difundido mais intensamente à medida que o modelo empresarial predominante no capitalismo globalizado passou a gerar desemprego maciço, precarização do trabalho assalariado e enfraquecimento das organizações dos trabalhadores. Mas é preciso cuidar da coerência entre o discurso e a prática. Muitas cooperativas têm surgido a partir da demissão em massa de trabalhadores pelas empresas para em seguida readmi-

ti-los como autônomos ou sócios de uma cooperativa, sem qualquer formação ou consciência e em condições precarizadas. Tais empreendimentos traem os princípios cooperativos e contribuem para facilitar o corte de custos sociais pelas empresas privadas. Mas cooptar estes empreendimentos para a Economia Solidária é possível, se o sistema cooperativo oferecer solidariamente àqueles trabalhadores educação cooperativa e profissional assim como os serviços que antes eram supridos a partir dos encargos sociais. Um desafio relacionado à construção de redes e cadeias produtivas solidárias.

3. A questão da apropriação do tempo liberado de trabalho criado pelo aumento da produtividade

Trata-se da competição exacerbada que a globalização neoliberal tem promovido, a qual obriga todo agente econômico a preocupar-se com a competitividade a ponto de privatizar o tempo de trabalho social que o aumento da produtividade libera, gerando assim mais exploração e mais desemprego. Faz-se necessária a prática da partilha do tempo de trabalho necessário para que todos possam aceder a trabalhos dignos reconhecidos socialmente para ganhar seu sustento e todos possam participar ativamente das outras tarefas do desenvolvimento



humano. Isso só pode ser viável se tornar política nacional de governo e, finalmente, do sistema interestatal mundial, de modo que as condições sociais do mercado sejam iguais para todos os agentes econômicos.

4. A questão da Socioeconomia Solidária como alternativa pós-capitalista de organizar a sociedade

Diz respeito à questão que abre esta nossa contribuição: a Economia Solidária está orientada apenas a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal ou tem a vocação de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação plena das necessidades legítimas de cada um e de todos os cidadãos da Terra?

Existem os que defendem a primeira posição. Consideram que a Economia Solidária é um projeto restrito aos sem-emprego, aos que foram excluídos do mercado de trabalho capitalista. Ou que a prática da cooperação deve limitar-se ao interior das empresas. “O cooperativismo tem por objetivo mitigar os efeitos negativos da economia dominante e

não se contrapor a ela”, foram palavras de um líder do cooperativismo oficialista internacional. Outros, porém, estão convencidos de que a proposta de uma socioeconomia solidária, ou humanoeconomia, tem o potencial de constituir-se em alternativa pós-capitalista de organização do consumo, da produção, do comércio e das finanças em nível local, nacional e global, substrato de um novo paradigma de valores, de relações e de práxis educativa, cultural e interpessoal. Nesse paradigma é fundamental a produção de bens públicos, particularmente a educação, a produção e socialização dos conhecimentos nas suas múltiplas formas.

Esse novo paradigma desponta, relacionando à economia com sua função original, a “gestão da casa”, referida aqui a todas as casas em que habitamos nesta existência, desde o nosso corpo até o planeta Terra, passando pelas comunidades que nos situam, o município, o estado, o país, a macro-região, o continente. O desenvolvimento humano é visto como o objetivo maior da atividade produtiva e criativa. O novo paradigma propõe que a propriedade e a gestão dos bens produtivos sejam atribuídos aos que os trabalham. A dimensão politicamente inovadora deste paradigma está em conceber cada

pessoa, cada cidadão ou grupo de cidadãos como o sujeito potencialmente ativo e criativo do seu próprio desenvolvimento. Seu empoderamento econômico, político e cultural passa a ser o objetivo principal dos sistemas de decisão e da atividade educativa, desde a educação básica até a universidade.

As cadeias produtivas e redes reprodutivas se reconstruem, então, fundamentalmente de baixo para cima e de dentro para fora. Os valores da cooperação, do respeito à diversidade, da complementaridade e da solidariedade passam a prevalecer sobre o da competição e do egoísmo. Um mundo do trabalho emancipado, das necessidades de cada um e de todos sendo continuamente satisfeitas por cada um e por todos, passa a ser possível. A relação com a Natureza deixa de ser marcada pela espoliação irracional e pela destruição, substituídas pelo conhecimento e respeito dos equilíbrios ecológicos e pela responsabilidade intergeracional. O Estado e o sistema mundial interestatal passam a estar subordinados a sociedades organizadas e conscientes dos seus direitos e deveres - transformam-se, enfim, em Estado e sistema político mundial democráticos, dedicados à sublime tarefa de orquestrar a diversidade e zelar pelo bem-estar e

felicidade de toda a coletividade. Numa tal ordem de coisas, é possível visualizar a paz, não mais como uma abstração, mas como fruto da justiça e da fraternidade entre os cidadãos e entre povos.

Propostas para debate

- Elaborar o conceito de eficiência social, consolidando indicadores não monetários complementares ao PIB, a fim de dar conta da diversidade das formas de atividades econômicas e de riqueza produzida, assim como dos efeitos sociais e ambientais da atividade econômica.
- Elaborar o conceito e os indicadores operativos de necessidade e satisfação das necessidades, do sistema de necessidades e de critérios e mecanismos de legitimação das pretensões de satisfação das necessidades particulares.
- Elaborar os conceitos de público e privado na transição que estamos vivenciando.
- Por razões políticas, em lugar de apurar um consenso nominalista, tratando como sinônimos diferentes denominações, explicitar e diferenciar em





profundidade as diversas denominações e propostas de ação que coexistem no amplo espectro de iniciativas, com sentido popular e democrático, e que só podem convergir numa estratégia compartilhada se reconhecem nas suas diferenças e se acordam praticamente “modelos”, códigos ou princípios básicos de ação conjunta.

- Construir instrumentos metodológicos para medir, avaliar e valorizar as especificidades das empresas da economia social e solidária, relevando as finalidades sociais e ambientais da sua atividade, sua aptidão para utilizar recursos com prudência e sabedoria, seu cuidado com os riscos, seu funcionamento democrático e participativo, a dimensão não monetária do envolvimento de voluntários e usuários nas suas atividades; sua consciência cidadã em relação ao uso de fundos públicos e ao acompanhamento ativo das instituições governamentais.

- Consumo ético, finanças solidárias, comércio justo de bens e serviços, agricultura sustentável, produção associativa, comércio eqüitativo e solidário, gestão participativa do habitat urbano, diálogos interculturais, sistemas de trocas solidárias são algumas das tentativas concretas de responder cole-

tiva e criativamente às necessidades criadas pela globalização neoliberal. Analisar, sistematizar e divulgar as lições destas práticas de Economia Solidária e promover sua interação e articulação em redes com o objetivo de construir uma alternativa ao atual modelo de desenvolvimento.

- Reconsiderar a cooperação internacional a partir do paradigma da solidariedade Sul-Sul, Norte-Sul, Oriente-Occidente, consumidores-produtores, trabalhadores-empresendedores, em lugar da mera ajuda financeira ou técnica.

- Introduzir critérios éticos na atividade econômica, relacionados aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais dos cidadãos e da nação. Adotar códigos de conduta que garantam a justa implementação daqueles critérios na prática dos empreendimentos, sejam eles sociais, privados ou públicos. Estudar e comparar as diversas formas de expressão e de efetivação desses critérios nas diversas culturas e marcos jurídico-normativos.

- Consolidar e difundir as práticas bem sucedidas, substituindo as tentativas de modelização e transplante por processos de aprendizagem coletiva de

lições adequadas a cada cultura e situação histórica concreta, úteis para construir sistemas orgânicos de consumo, produção e distribuição sustentáveis entre os diferentes componentes da Economia Solidária no plano local, nacional e internacional.

- Desenvolver espaços e instrumentos para a articulação territorial entre os diversos componentes da Economia Solidária, de modo que as ações sejam complementares e fortaleçam as unidades econômicas autogestionárias.

- Articular as diferentes formas e setores da Economia Popular, do nível local ao global, construindo e reforçando as redes de colaboração solidária que facilitam a interação dos diversos atores, a fim de que se vejam uns aos outros como atores coletivos, que participam do desenvolvimento socioeconômico de territórios específicos e como atores da transformação social.

- Desenvolver uma visão do sistema socioeconômico composta pela Economia Capitalista, a Economia Pública e a Economia do Trabalho - esta última com um forte núcleo-guia de Economia Solidária -, analisando as contradições e relações dialéticas entre elas,

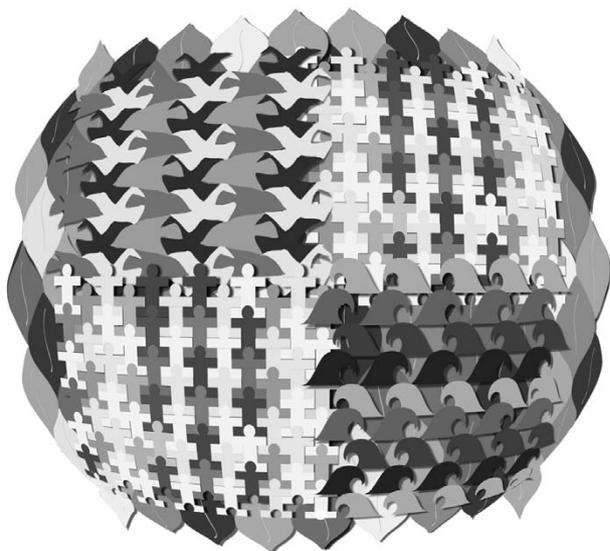
a partir da perspectiva de um longo processo de transição tendente a outro sistema social pós-capitalista.

- Criar novas formas de contrato e de financiamento entre a Economia Solidária e os poderes públicos, incluindo mecanismos inovadores para recompensar o trabalho hoje não remunerado.

- Exercer pressão sobre as instituições multilaterais e continentais (ONU, FMI, Banco Mundial, OMC, OIT, etc.) para que integrem a Economia Solidária como um componente indispensável de um desenvolvimento social e humano sustentável e multidimensional. Estabelecer um grupo de pressão sobre essas instituições, em particular o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para que sua metodologia e seus indicadores de desenvolvimento humano incorporem o grau de associação e de solidariedade dos empreendimentos e das relações sociais de produção.

- Promover o desenvolvimento de programas públicos orientados à economia familiar que incluam as dimensões da solidariedade, do gênero e da classe e sua integração em sistemas de produção e reprodução autônoma do assistencialismo clientelista.

- Promover a defesa, extensão e transformação do sistema público de educação, pesquisa e geração de tecnologia, que deve desenvolver efetivamente as capacidades e disposições para a Economia Solidária e a participação democrática.



- Utilizar estratégias de comunicação e informação capazes de fazer conhecer e valorizar a Economia Solidária.

- Recuperar a história dos lugares, regiões e nações, fortalecendo suas raízes de identidade encobertas pela colonização e pelo capitalismo, sobretudo em relação a valores e formas de vida comunitária e social preexistentes, superiores à mercantilização capitalista e ao individualismo extremo.

A Economia Solidária é um movimento de alcance global que nasceu entre os oprimidos e os velhos e novos excluídos. Aqueles, cujo trabalho não é valorizado pelo mercado capitalista, sem acesso ao capital, às tecnologias e ao crédito. É deles e dos ativistas e promotores da Economia Solidária que emergem a aspiração e o desejo de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade. Reconhecendo o potencial transformador da Economia Solidária, convidamos a todas as trabalhadoras e trabalhadores do mundo a debater esse projeto estratégico no Fórum Social Mundial 2002 e a aliar-se com o fim de fazê-lo avançar na prática.

Este texto aproveita as contribuições dos seguintes documentos:

- “Texto Base para a Economia Solidária - Fórum Social Mundial 2002”.
- “Construindo a Socioeconomia Solidária do Espaço Local ao Global”, PACS, Série Semeando Socioeconomia, n. 1, Rio de Janeiro, 1998.
- “Construindo a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária”, PACS, Série Semeando Socioeconomia, n. 4, Rio de Janeiro, 2000.
- “A Nova Economia: Transformações no Mundo do Trabalho e seu Futuro”, Marcos Arruda, 2001, PACS, Rio de Janeiro.
- Canteiro Economia Solidária do PSES - Polo de

Socioeconomia Solidária, “Caderno de Propostas”, Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário, Assembléia Mundial de Lille, dezembro 2001.

- “Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa”, José Luis Coraggio, 2001, presentación en el II Encuentro Internacional sobre Globalización de la Solidaridad, Québec, 9-12 octubre 2001 (<http://www.fronesis.org/jlc/QuebecJLC.doc>).
- Contribuição do Grupo de Trabalho brasileiro sobre Economia Solidária para o Fórum Social Mundial ao lançamento do debate sobre Economia Solidária - FSM-2002.

iniciando ... continuando ... reflexões, debates, sonhos, utopias e estratégias coletivas ...

Carola Reintjes

Por que temos este espaço - tão generoso - da Economia Solidária no Fórum Social Mundial de 2002?

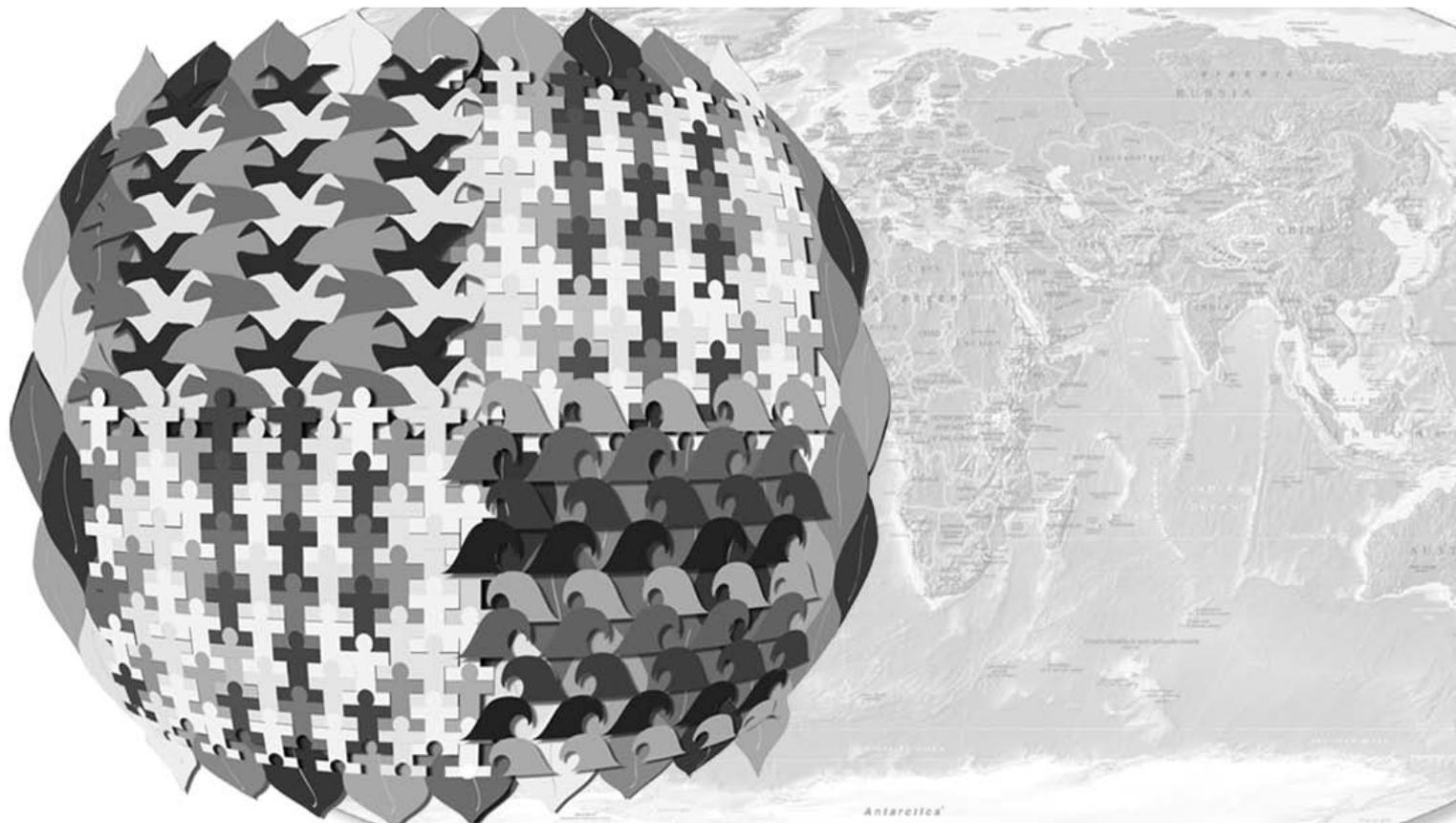
A Carta de Princípios do Fórum Social Mundial nos diz no ponto 14:

“Como espaço de articulação, o Fórum Social Mundial busca fortalecer e criar novas articulações nacionais e internacionais entre entidades e movimentos da sociedade civil que aumentam, tanto na esfera da vida pública como na vida privada, a capacidade de resistência social ao processo de

desumanização que o mundo está vivendo e reforçam as iniciativas humanizadoras em curso pela ação destes movimentos e entidades”.

Em que consiste a Economia Solidária?

Consiste em produzir com critérios ambientais e sociais; em organizar as iniciativas sociais e empresariais, como também seus trabalhadores autogeridos; produzir, gerir, comercializar e consumir com critérios éticos; depositar a poupança em sistemas financeiros baseados na solidariedade; consumir



Antarctica



produtos ecológicos ou de comércio justo; usar dinheiro social ou moeda local; ou ainda tecer redes de trocas solidárias, de desenvolvimento local de serviços de proximidade, educativos ou culturais.

Todas essas manifestações, essas humildes gestões e pequenas atitudes diárias, mas grandes compromissos, contribuem dia-a-dia para construir outra globalização. Essa implicação diária e comprometida é tão importante como as múltiplas formas de manifestar-se contra a globalização econômica.

Postulados:

- A Economia Solidária não é um sonho, mas sim iniciativas tangíveis, no Sul e no Norte.
- A Economia Solidária pode empoderar o produtor e o consumidor.
- A Economia Solidária se diferencia e distancia claramente da economia de mercado ou da economia centralizada, tanto em seu grau de participação e de reciprocidade entre as pessoas, como entre a produção e o consumo de bens e serviços.
- A Economia Solidária não é um (Terceiro) Setor para lutar contra a pobreza e a exclusão social.
- A Economia Solidária pode ser uma alternativa à

ampliação de mercados e serviços.

- A Economia Solidária - em sua dimensão internacional - pode fomentar novas regulações internacionais, melhorar os serviços públicos e democratizar os Estados.

- A Economia Solidária pode contribuir no sentido de reforçar laços sociais e econômicos, assim como democratizar a esfera econômica e, deste modo, e através dela, a sociedade de modo geral.

Para definir os elementos diferenciais, objetivos e estratégias da Economia Solidária devemos dispor de uma análise nítida do contexto socioeconômico, da globalização econômica com seu fundo mercantilista e de uma visão coletiva desta utopia vivida chamada Economia Solidária.

Se fizéssemos uma rodada de perguntas nesse momento, daríamos conta de que estamos longe de ter visão e missão coletivas; estamos longe de uma conceituação consensuada, longe de estratégias conjuntas e de linhas de ação coordenadas. Isso é lógico, tendo em conta que estamos num processo incipiente de construção de alternativas dentro do campo da Economia Solidária. E quiçá nunca chegaremos a um consenso de conceitos, idéias, estratégias e ações.

Mas, isto é importante? É imprescindível? É possível?

Esse feito não é sintoma de uma debilidade. É sintoma de nossa “juventude” como movimento, nossa adolescência na “construção de redes” e, especialmente, de nossa escassa experiência na coordenação internacional. Isso resulta em falta de processos de consenso, inexperiência sobre metodologia de trabalho “em rede e desde baixo”, questionamentos, controvérsias e contradições. Enfim, um panorama diverso e complexo. É justamente essa faceta destacável e um bom início para esse espaço compartilhado entre pessoas, iniciativas, redes.

A diversidade e complexidade são riquezas. Nossa riqueza. É fácil dizer, mas é difícil de assumir. Mas a diversidade e a complexidade tanto unem quanto separam. Podemos assumi-las? Sem medo?

A complexidade, a diversidade, é nossa fortaleza. É o que realmente nos diferencia sempre e quando a aceitamos, não somente como elemento inseparável de nossa “utopia coletiva”, mas sim como sua principal riqueza. Uma riqueza que - por sua vez - apresenta dificuldade ainda maior do que quando lidamos com o homogêneo, com o uniforme, o pensamento único e

a ação que vai em direção ao fluxo, à corrente. Dentro dessa complexidade se colocam justamente o FSM e o espaço - a grande oportunidade - que nos brinda, sujeitos e atores da Economia Solidária. Assumindo esse desafio, múltiplas redes internacionais tiveram um processo de debate coletivo que culminou nesse espaço e em seus documentos e reuniões preparatórias. A partir de nossa diversidade e complexidade, obtivemos êxito numa aproximação consensuada sobre fundamentos e análises da Economia Solidária. O objetivo durante o FSM é o de poder aprofundar esse intercâmbio de análise, com vocês também implicados, não para obter uma visão única, mas para conhecer e “tocar” na diversidade a fim de aproximarmos - em conceitos e práticas - para a Economia Solidária no dia-a-dia. Um segundo desafio será o de avançar com o objetivo de consensuar linhas de trabalho e ação.

O dilema da Economia Solidária

Opção paliativa dos problemas gerados pela globalização neoliberal ou movimento com vocação transformadora do modelo de sociedade e economia?

Traçamos muitos caminhos em nossa análise que confrontam com as principais características da





globalização econômica e os elementos diferenciais da Economia Solidária. Ao longo desse espaço de Economia Solidária, analisaremos com pinceladas a capacidade e qualidade de respostas da Economia Solidária e nos atreveremos nesses dois dias a desenhar possíveis propostas estratégicas no marco internacional.

Argumento da globalização econômica:

A economia tradicional é o único modelo possível. A globalização econômica é inevitável e o único caminho possível. A economia de mercado livre é o único modelo gerador de riqueza e de bem-estar social.

A globalização econômica é um fato inevitável, tão inevitável como suas graves conseqüências negativas, afetando milhões de pessoas por todo o planeta. Como conseqüência da globalização econômica, temos um modelo econômico globalizado que propiciou exclusão social e econômica, degradação do tecido social, precariedade de emprego, degradação ambiental e perda de qualidade de vida e de valores éticos.

Ao longo da história, o capitalismo tem se caracterizado por sua capacidade de produzir riquezas,

sempre acompanhado de uma constante concentração da riqueza e da renda, provocando desigualdades sociais crescentes e exclusão social e econômica. Sua dimensão global e o afã globalizador contribuem para aumentar a concentração econômica/financeira e a exclusão social/cultural/econômica. A suposta riqueza que gera é um conceito de riqueza meramente quantitativo/numérico que não leva em conta parâmetros sociais, ambientais e individuais. Ele nos leva a uma análise da realidade social e econômica desvirtuada. Igualmente, o capitalismo não parte da premissa de uma solidariedade intergeracional, o querer e o dever de ser solidário com as gerações, entregando-as como herança uma riqueza social, cultural e ambiental.

A economia de mercado capitalista parte da capacidade de auto-regulação do mercado para garantir o bem-estar social. Mas o capital tende a concentrar-se para maximizar o lucro. O capital não parte das necessidades básicas, nem entende de direitos humanos básicos. Ele reconhece apenas a demanda efetiva, o poder aquisitivo. Isso desvirtua a economia profundamente, colocando-a não a serviço do homem - para facilitar o intercâmbio de bens e serviços, mas a coloca a serviço do capital.

A economia de mercado capitalista é uma economia que também pretende sustentar as dinâmicas das estruturas políticas, colocando estas a serviço de seus interesses mercantis, despejando sucessivamente sua capacidade de decisão e autonomia e confundindo-se uma com a outra.

Nesse cenário surgiram teorias e práticas de relações econômicas e sociais - sob diversas denominações: Economia Solidária, Socioeconomia Solidária, Economia Popular, Economia Ecológica, etc. A denominação é importante, mas secundária. O essencial é assumir o desafio. Fazendo memória histórica, há eventos e lugares-chave que contribuíram muito para que a Economia Solidária tenha aberto espaço no Fórum Social Mundial e em outros fóruns. Nessa “conquista coletiva” - sob o perigo de omissão de algum, por puro esquecimento - queremos mencionar eventos e lugares tão importantes como Porto Alegre - em várias ocasiões, Lima, Santa Maria/RS, Córdoba, Escócia, México, Paris, Quebec, Lille, Ghantes e um grande et cetera até que cheguemos a Dakar. Cenários muito importantes para nossa memória coletiva, mas também secundários. O importante é o Hoje, o Agora, o Amanhã.

O que importa, e é prioritário, é que temos debati-

do, trabalhado, e muito. Dia-a-dia temos praticado essa utopia, convertendo-a em utopia vivida. Hoje mostramos “com orgulho” centenas de iniciativas e práticas que se expressam de múltiplas formas. Tantas formas, como atores. No entanto, todas têm em comum o eixo que é o ser humano, sujeito e finalidade da atividade econômica.

Desafio para a Economia Solidária: repensar o modo de sociedade, repensar a economia

Nossa aproximação com a economia tenta recuperar as raízes da própria economia para aquela à serviço das necessidades de todas as pessoas, evitando que tais necessidades sejam configuradas exclusivamente como demandas de mercado pela propaganda consumista do capital ou varridas com a rica variação cultural que deve caracterizar um mundo solidário. O desafio para a Economia Solidária é repensar, reconstruir a economia, reorientando-a para estar a serviço do ser humano e da natureza.

As práticas da Economia Solidária devem ser medidas pela sua capacidade de propiciar a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nesse desafio coincidimos.





Fica pendente a pergunta: se essas práticas têm como fundo o afã de transformação do modelo de sociedade modelo econômico, uma globalização humanizadora, de valores, bens e serviços econômicos a serviço da pessoa.

Argumento da globalização econômica: *riqueza e bem-estar social, emprego e trabalho.*

No modo econômico neoliberal, tanto o conceito de riqueza como os indicadores de sua avaliação parecem reduzir-se ao valor produtivo e mercantil, sem ter em conta outros valores como os valores sociais e ambientais de uma atividade econômica.

Isso contribui indubitavelmente para uma escala de valores que remete à concorrência entre os atores sociais e econômicos e submetem os valores ambientais a serviço da produção econômica e de parâmetros meramente utilitaristas e mercantilistas.

Desafio para a Economia Solidária repensar e reconstruir conceitos: riqueza, bem-estar, trabalho e emprego

A Economia Solidária coloca a pessoa - individual e social - no centro da economia, como protagonista e beneficiária da mesma. Isso nos obriga a repensar conceitos: a riqueza e o suposto bem-estar social são conceitos a se repensar, com uma análise por-menorizada e individualizada sobre a capacidade ou incapacidade de um modelo de sociedade e econômico de gerar riqueza e bem-estar social e individual. Também temos que enfrentar o desafio de criar um equilíbrio entre a atividade econômica/social e sua dimensão ambiental, assumindo a dualidade dos valores - ambientais e sociais/individuais - como elementos que aportam a dimensão integral da Economia Solidária.

O ambiente e a pessoa não são recursos, mas são valores supremos como direitos. Tem especial importância a diversidade das pessoas em sua dimensão cultural, de raça, religião, de gênero, assim como o direito em relação a esta diversidade: a leitura da diversidade como valor e não como obstáculo no afã globalizador.

Outro mundo é possível – Outro mundo está sendo construído. A Economia Solidária contribui para a construção de outro mundo

**Economia Solidária:
atividades econômicas com utilidade social**

A quantidade de setores onde se faz habitualmente a Economia Solidária é extensa. O elemento em comum é a busca e a realização de atividades econômicas de alto componente social, ambiental e solidário. A lista das atividades é diversa e ampla. Diferentes realidades e redes setoriais constituem uma parte importante de seu volume e representam, por sua vez, sua face mais conhecida: consumo ético, finanças solidárias, comércio justo de bens e

serviços, agricultura sustentável, produção associada, comércio equitativo e solidário, desenvolvimento local, desenvolvimento rural, gestão participante em ambiente urbano, diálogos interculturais, sistemas de trocas solidárias e de moeda local são algumas das tentativas concretas de resposta coletiva e criativa em busca de um mundo viável. Um mundo que respeita equilíbrios fundamentais da vida de forma mais solidária e socialmente eficiente na superação das carências acentuadas pela globalização neoliberal.

Aspectos diferenciais da Economia Solidária

Vários aspectos tendem a diferenciar as experiências no que se refere a sua própria relação com o modo de produção dominante. Na continuação se mencionam os aspectos mais relevantes. Essa seleção deixa, sem sombra de dúvidas, um interessante marco para um debate coletivo ao longo do FSM.

A Autonomia

A organização da Economia Solidária exige que se respeite a autonomia dos empreendimentos, sem a tutela de estados centralizadores e longe das práticas cooperativas burocratizadas.

A Autogestão

Conceito referente à forma de organização e modo de gestão. Estamos diante de modos organizativos caracterizados pela autogestão e/ou a gestão coletiva, desde a independência, autonomia e co-responsabilidade e do respeito cultural e individual.

As Utilidades Sociais, Culturais e Ambientais

Os serviços ou produtos gerados contribuem em maior ou em menor medida à riqueza (ou em seu defeito: reconstrução/recuperação social/individual ou ambiental). Ver as atividades setoriais e o alcance da Economia Solidária.

A Propriedade Social

A negação da exploração do trabalho humano por meio da apropriação privada dos meios de produção e dos benefícios gerados. A participação na propriedade. Controle social do processo de produção. Controle social do processo comercial e financeiro. A propriedade social traz outra face da mesma moeda: a participação social e esta se manifesta na participação da sociedade civil, nos processos e nas dinâmicas econômicas, dentro de seu marco preferencial de referência ou seu território.

A Territorialidade, o Enraizamento no Território

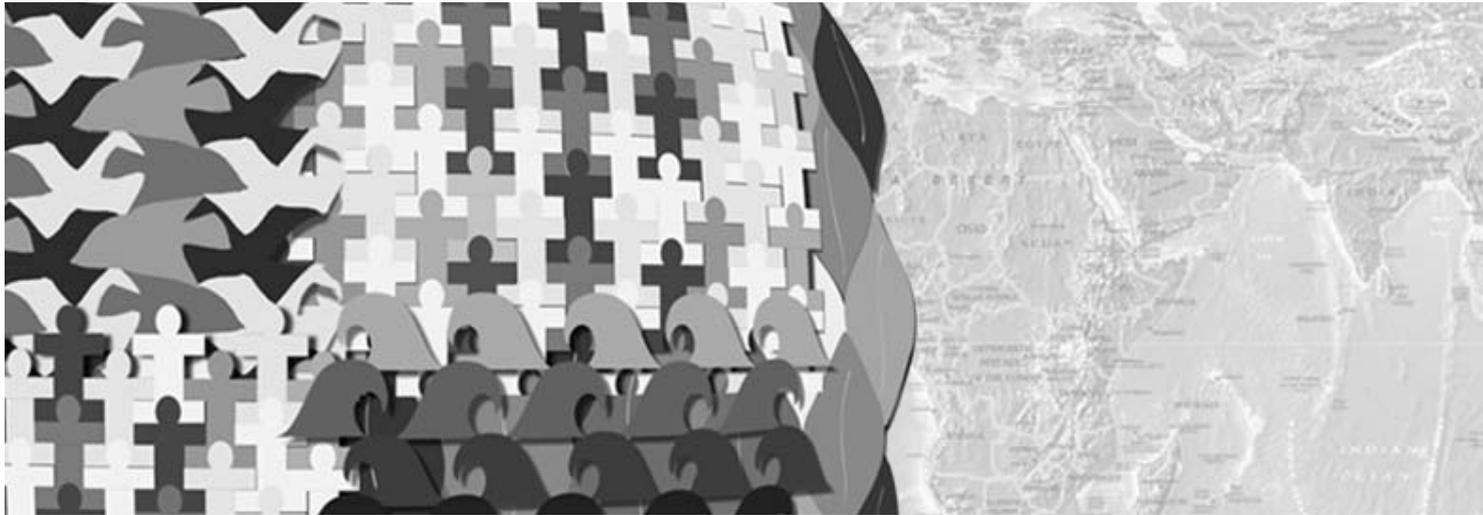
Para recuperar o controle sobre os processos econômicos e garantir um bem-estar social e individual generalizado é preciso reordenar a economia a partir da dimensão local e territorial, reforçando a economia local e o intercâmbio econômico/social de proximidade. A economia local - contrária à economia globalizadora - é integradora e atua enraizada em seu entorno mais imediato, tendo a territorialidade e o desenvolvimento local como marco preferente de atuação. O enfoque local e territorial é garantia imprescindível de melhoria real de nível de vida e de respeito à idiosincrasia e diversidade cultural, social e individual.

A Democracia

Os processos se constroem desde baixo para cima. Do local até a dimensão nacional, continental e internacional. O princípio básico de voz e voto é básico, mesmo que possam existir múltiplas formas, o princípio democrático básico - uma pessoa, um voto - tem que ser respeitado.

A Participação

Critério referente ao modo organizativo e processual de canalização e tomada de decisões. A gestão



coletiva e/ou democrática do empreendimento implica todos trabalhadores/sócios. A participação não está vinculada ao capital. A informação e o processo de tomada de decisão têm bases e mecanismos fluídos e transparentes que estão ao alcance de todos atores e beneficiários.

O Lucro

O afã de lucro não deve confundir-se com o afã do benefício. A Economia Solidária pretende e precisa

de viabilidade econômica mediante a autosustentação através de seus próprios rendimentos e da geração de excedentes para reinvesti-los na consolidação e ampliação da iniciativa empresarial ou para produzir bens públicos para sua comunidade. Fato muito distinto de “entidades lucrativas” em que o lucro é equivalente à divisão de dividendos. A Economia Solidária é atividade econômica sem o objetivo do lucro, no sentido legal, sem repartição de dividendos.

A Cooperação e a Solidariedade

A Economia Solidária se coloca como uma atividade econômica não baseada na competitividade entre os próprios agentes da mesma. Buscam-se vínculos e mecanismos de cooperação e solidariedade dentro do próprio campo, como também em outros setores sociais. Isso implica o compromisso à coordenação local, nacional, continental e internacional para o fortalecimento da Economia Solidária.

Por último, mas de suma importância...

A Economia Solidária como modelo alternativo pós-capitalista: modelo inovador de sociedade e economia

Voltemos para pergunta do princípio: a Economia Solidária está orientada como paliativa dos efeitos da globalização neoliberal e mitigadora dos problemas sociais causados ou tem vocação de transformação do modelo de sociedade? Assumimos o desafio de constituir as bases de uma globalização humanizadora preocupada com uma organização social e econômica justa e pela satisfação das necessidades básicas de todos os cidadãos da Terra?

Os defensores da primeira posição consideram que a Economia Solidária, a economia social, o terceiro

setor, a economia cooperativa ou a economia popular solidária é um projeto que se restringe às pessoas excluídas do mercado de trabalho capitalista. “O cooperativismo tem o objetivo de mitigar os efeitos negativos da economia dominante e não se contrapõe a ela”, essas foram as palavras de um líder do cooperativismo oficial internacional.

Os defensores da segunda opção estão convencidos de que a proposta da Economia Solidária tem um enorme potencial transformador, capaz de repensar e reconstruir um modelo de sociedade e de economia, um modo inovador em nível local, nacional e global - substrato de um novo paradigma de valores, de relações e de práxis educativa, cultural e interpessoal que está dirigido a todas e todos, incluídos ou excluídos no sistema capitalista.

Nesse modelo se repensa e reconstrói a organização das cadeias produtivas, comerciais e financeiras, a serviço das necessidades básicas das pessoas, especialmente dos mais desfavorecidos e da natureza. Uma reconstrução de baixo para cima e de dentro para fora. O capital passará a subordinar-se a interesses sociais, ambientais e solidários. O poder político se verá subordinado a uma reorganização social que garante o



empoderamento de cidadãos e cidadãs e o bem-estar social e pessoal. A economia estará subordinada ao supremo interesse social e pessoal com revalorização do trabalho, com novos parâmetros de autonomia, emancipação e autogestão.

Uma reconstrução baseada num horizonte utópico, em metas pragmáticas, em metodologias simples. Baseada em valores de diversidade, complexidade, cooperação e solidariedade.

Propostas para o debate

Entendemos que o desafio é grande, gigante. Entendemos que para sua realização necessitaremos de reflexão, pensamentos estratégicos, planos de trabalho, compromissos, metodologia, e - lamentavelmente - muito, muito tempo e recursos. Iremos “sem presa, mas sem pausa, até alcançarmos um marco de atuação consensuada com uma metodologia adaptada a nossas necessidades e possibilidades”.

As perguntas podem ser resumidas num grande desafio:

Conhecer a Economia Solidária, conhecer seus principais atores e beneficiários, dispor de dados e

respostas frente à economia tradicional, a administrações públicas e movimentos sociais e pensar fórmulas e estratégias para articular o movimento de Economia Solidária. Nesta linha nos atrevemos a lançar possíveis propostas, para seu debate coletivo.

Propostas de ferramentas e linhas de trabalho:

- **Ferramentas que facilitem a consolidação e coordenação de/entre os atores:**

- a. Organizar memória cronológica da última década da Economia Solidária, calendário de eventos-chave, sem pretender nenhuma “memória universal ou histórica”, já que a Economia Solidária data de séculos.

- b. Elaborar Mapa de Economia Solidária.

- c. Criar base de dados coletiva.

- d. Consolidar práticas de êxito e incorporar novas no campo de intercâmbio de serviços e bens solidários, ordenados em nível internacional (portal, comercialização).

- e. Estratégias bilaterais ou multilaterais entre os agentes e setores, com especial atenção às finanças solidárias.

- f. Acordos bilaterais ou multilaterais com os poderes públicos/políticos.

- **Ferramentas que facilitem um processo de consensuação de conceitos e marco ético:**

- a. Debates internacionais sobre critérios éticos e elementos diferenciais da Economia Solidária.

- b. Aprofundamento do debate e consensuação internacional sobre critérios éticos e códigos de conduta empresariais.

- c. Debates internacionais sobre conceitos (emprego, trabalho).

- d. Debates e metodologia internacional sobre indicadores inovadores de avaliação (indicadores de riqueza, trabalho, qualidade e quantidade de trabalho/emprego).

- **Ferramentas e alianças que facilitem a articulação, projeção externa e a implantação social/econômica, como agente de transformação:**

- a. Recompilação e publicação de dados e estudos nacionais (redes) ou setoriais (finanças solidárias, comércio justo, moeda local, etc.): dados, realidades, impactos.

- b. Repensar a cooperação internacional a partir do paradigma da solidariedade Sul-Sul, Norte-Sul, consumidores-produtores, trabalhadores-empresendedores, substituindo a lógica da mera transferência financeira ou técnica.



c. Estabelecer alianças estratégicas com movimentos sociais para reconstrução da cooperação internacional, antiglobalização, lobbying político (p.e. Taxa Tobin) e com as instituições multilaterais (ONU, FMI, BM, OMC, OIT, etc.) para que se integrem à Economia Solidária como um componente indispensável para um desenvolvimento social e humano sustentável e multidimensional.

d. Estabelecer alianças estratégicas com o setor acadêmico e outros entes de investigação para aprofundar a investigação sobre as temáticas expostas (p.e., Polo de Socioeconomia Solidária).

e. Experiências compartilhadas com o poder político (p.e., orçamentos participativos, etc.) e acordos bi ou multilaterais com os poderes públicos /políticos, fomentando leis específicas sobre Economia Solidária ou colaborações estruturais/pontuais.

f. Propiciar alianças estratégicas entre as diversas formas de organizar a Economia que põem a realização plena das pessoas e não o lucro no centro de seu interesse.

g. Diálogos e colaborações mútuas com a economia social, o cooperativismo e o Terceiro Setor para convergir no marco ético ou em linhas de trabalhos específicos da Economia Solidária.

• Ferramentas e alianças que facilitem a articulação nacional/continental e internacional

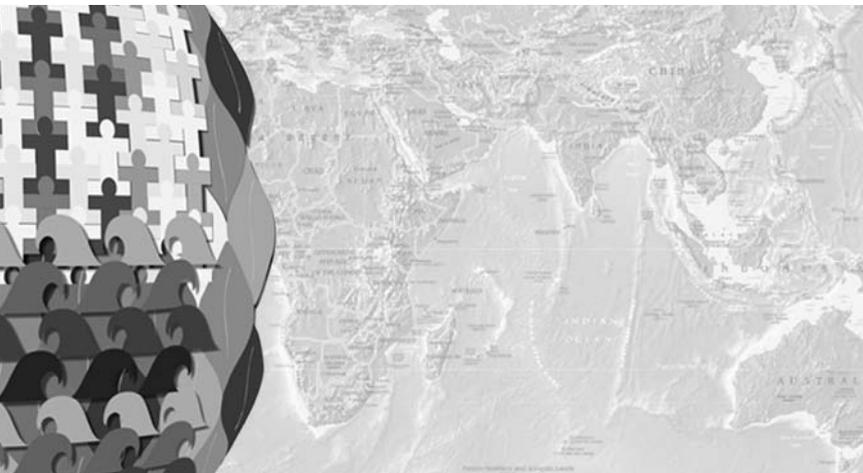
a. Buscar fórmulas para aprofundar o trabalho em rede e entre redes e iniciar uma coordenação internacional horizontal e operativa (retomando os debates de Québec). Fazer confluir experiências valiosas.

b. Articular as diferentes formas e setores da Economia Solidária, do nível local ao global, construindo e reforçando as redes de colaboração solidárias que facilitam a interação dos diversos atores e fomentam um espírito de “atores” da construção coletiva.

Assumindo estes “pequenos” desafios, surgem várias perguntas:

- Que modo de sociedade e economia queremos repensar e reconstruir?
- Quais são os elementos diferenciais da Economia Solidária?
- Quais são seus principais campos de atuação?
- Que alcance tem a Economia Solidária?
- Entendemos os mesmos conceitos como “modelo de sociedade, trabalho, emprego, lucro?”.
- Como podemos reforçar as práticas e dar apoio mútuo de forma ordenada?





- Como podemos inter-relacionar os setores e as práticas?
- Como podemos avaliar nossas práticas, que códigos, que critérios, que indicadores?
- Como podemos projetar a riqueza de nossas experiências para a sociedade?
- Como coordenar as experiências e redes para níveis locais, nacionais, continentais e internacionais?

Em toda nossa ação e construção coletiva devemos cuidar de aspectos fundamentais e transversais. São eles:

... paciência, saber esperar. Grandes utopias necessitam de “grandes tempos”. O ritmo deve ser pausado, os passos firmes.

... de baixo para cima, de cada pessoa até as entidades, do local para o internacional.

... de estruturas horizontais, transparentes e mais que participativas, coletivas.

... o local é a base, a dimensão internacional é a visão complementária, mas imprescindível.

... importa mais, e muito mais, o conteúdo do que a forma, pequenas realidades com grandes estruturas/aparatos.

... feitos são mais importantes que palavras, lentos processos de consenso mais importantes que

manifestos.

... pensamento estratégico é imprescindível; devemos guardar momentos, encontros e assembleias para este trabalho.

... grandes metas requerem grandes esforços. Certamente que vamos ter que curar e suar muito antes de obtermos êxito “A Internacional da Economia Solidária”, mas...

Assumindo esse desafio, surgem, ou continuam nos acompanhando, GRANDES perguntas:

- Que modo de sociedade e economia queremos repensar e reconstruir?
- Quais são os elementos diferenciais da Economia Solidária?
- Quais são seus principais campos de atuação?
- Que alcance tem a Economia Solidária?
- Somos “parche”, entes instrumentalizados e úteis para interesses políticos, econômicos ou sociais não confessados ou somos os verdadeiros protagonistas de um modo alternativo?
- Que relação queremos estabelecer com o Estado e com a política?
- Que relação de cooperação, intercâmbio, com-

petência ou confrontação estabelecemos com (a) as demais formas de sobrevivência ou de atividade econômica dos trabalhadores que não assumem os mesmos valores, (b) a economia capitalista e (c) a economia pública?

- Entendemos os mesmos conceitos de “modelo de sociedade, trabalho, emprego, lucro?”.
- Com que critérios éticos movemo-nos e com que indicadores medimo-nos?
- Que mecanismos de controle de práticas temos para atores que utilizam o discurso da solidariedade para legitimar interesses particulares não confessáveis?
- Como podemos reforçar as práticas e dar apoio mútuo de forma ordenada?
- Como podemos inter-relacionar os setores e as práticas?
- Como podemos avaliar nossas práticas, com que códigos, que critérios, que indicadores?
- Como podemos projetar a riqueza de nossas experiências para a sociedade?
- Como coordenar as experiências e redes em níveis locais, nacionais, continentais e internacionais?

As perguntas estão aí. No entanto, aqui e hoje

¹ Nota da tradutora: Como remendo, tampão, conserto.



gostaríamos de compartilhar - e, por que não - celebrar com vocês os êxitos alcançados nesse campo. Gostaríamos de convidá-los para participar dessa aventura da Economia Solidária.

A Economia Solidária é um movimento de alcance global que nasceu entre os oprimidos e os velhos e novos excluídos, aqueles cujo trabalho não é valorizado pelo mercado capitalista, aqueles sem acesso ao capital, às tecnologias e ao crédito. A inspiração e o desejo de um novo paradigma de organização da economia e da sociedade emana deles. Reconhecendo o potencial transformador da Economia Solidária, convidamos a todas trabalhadoras e trabalhadores do mundo para debater esse projeto estratégico no Fórum Social Mundial 2002 e para aliarem-se com o fim de fazê-lo avançar na própria prática.

Queremos - como horizonte imediato - Consolidar as Redes da Economia Solidária e fortalecer as Alianças Sul-Norte

A capacidade da Economia Solidária para se colocar como um modelo de desenvolvimento alternativo ao neoliberal depende muito do fortalecimento

de suas redes e das alianças estratégicas com o mundo político e econômico que nos rodeia e com os movimentos da sociedade civil que defendem as idéias de que outra globalização é possível.

Isso se baseia:

a. Na estruturação de redes locais, nacionais e continentais que deve continuar para fortalecer a visibilidade, a legitimidade e a cooperação dos protagonistas da Economia Solidária.

b. Na estruturação de alianças bem definidas com o entorno político e econômico imediato, e - mais importante - com os movimentos sociais e a sociedade civil emergente. A conjuntura aponta para um diálogo e para alianças estratégicas.

c. Numa cooperação econômica e solidária Sul-Norte sem trazer “interesses” de eurocentrismo ou de centro-periferia. As vias possíveis são as finanças solidárias, o comércio justo, as trocas solidárias e as moedas locais e um grande “et cetera” para demonstrar que podemos solidarizar os intercâmbios de serviços e bens e a cooperação econômica e social, Sul-Norte, Leste-Oeste.

Outro mundo é possível. Tanto que esse fórum é o melhor exemplo. E a construção de nossas pequenas

e grandes realidades deve nos deixar orgulhosos. É nossa maneira de contribuir- de forma construtiva - a outro modelo transformador de sociedade e de economia.

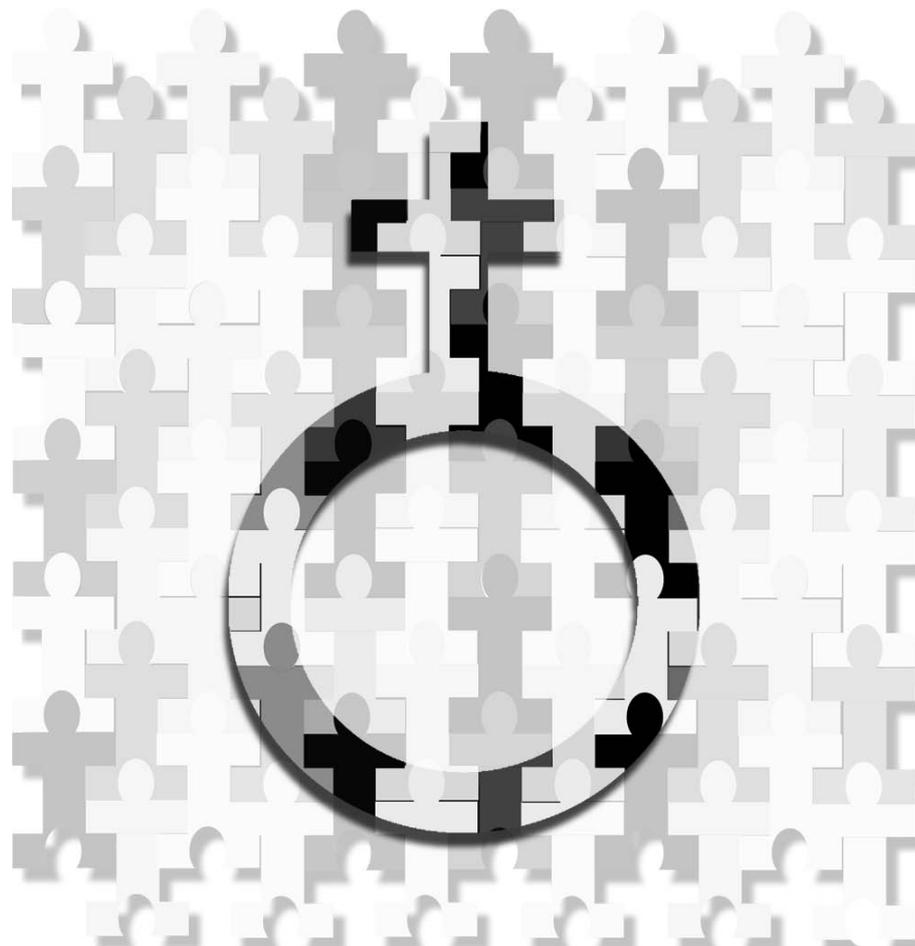
Nascendo entre os excluídos dos Estados de Bem-Estar material, sem acesso às tecnologias e formas de finanças, a Economia Solidária revela potencial para ser um paradigma de outra globalização que demonstra que “outro mundo é possível”. Ao reconhecermos toda essa capacidade de proposição da Economia Solidária, entendemos que é necessário unir esforços e linhas de atuação conjuntas para fazer avançar esse projeto no marco do Fórum Social Mundial 2002.

No nome e por encargo das redes de puxadores/animadores do espaço de Economia Solidária no FSM. Coalizão Rural, Colacot, GESQ, GRESP, IRES, PSES, RBSES, REAS, Rede de Trocas Solidárias.

Esse texto aproveita contribuições de diferentes documentos:

“Texto Base para a Economia Solidária - Fórum Social Mundial 2002”, publicações do PACS e do Pólo de Socioeconomia Solidária - PSES adicionado de comentários de J.L.Corragio, IRES, PACS, REAS.

Carola Reintjes - Licenciada em Ciências Políticas e Filologia inglesa e espanhola. Trabalha em cooperação internacional e comércio justo desde 1987. Coordenadora de IDEAS, organização de Comércio Justo. Responsável pelas relações internacionais de REAS, Rede de Redes de Economia Solidária da



O gênero nos direitos econômicos

Rosa Guillén

A atual organização social prejudica as mulheres

A organização social e econômica dominante baseia-se na separação de homens e mulheres, cada um dos quais assume papéis e funções, deveres e direitos diferenciados e hierarquizados, em prejuízo das mulheres. Nessa organização social as mulheres são oprimidas, excluídas e discriminadas. Existe uma relação direta entre o ordenamento econômico e a situação submissa da mulher na sociedade.

A economia política, em seu desenvolvimento, separou-se das esferas econômicas que coexistem na vida real. De um lado existe a produção de bens e serviços aos que conferem valor de uso e de troca, aos que produzem lucros, etc. Essa esfera está,

geralmente, reservada aos homens. De outro lado, a produção, o desenvolvimento, o cuidado e a manutenção das capacidades humanas, somadas à força de trabalho daquelas às quais lhes atribui um valor intrínseco. Essa esfera tem sido assumida, geralmente, pelas mulheres.

O sistema econômico vigente encontra-se tranqüilo em relação à produção de bens e serviços do mercado ou do Estado. Ele reconhece apenas a produção de bens e o trabalho é visto unicamente como um fator produtivo. Sua lógica reduz a esfera reprodutiva para o serviço da produção de bens, isto é, torna esta apenas funcional para a produtividade. Não entende que a organização social e os avanços ou atrasos neste âmbito influenciam diretamente na

produção de bens e é afetada diretamente pela forma como a sociedade se organiza para essa produção dos mesmos bens.

As políticas macroeconômicas, que se baseiam na divisão das duas esferas, assumem implicitamente que as tarefas de reprodução e manutenção dos recursos humanos devem continuar existindo de modo não remunerado a fim de compensar as deficiências de recursos materiais e financeiros necessários ao desenvolvimento do processo econômico produtivo.

Conseqüências dessa Divisão

1. Desvalorização do trabalho reprodutivo

Há vários séculos, como conseqüência desta organização social, é destinada às mulheres a responsabilidade do desenvolvimento, do cuidado e da manutenção das capacidades humanas, restringindo-os ao âmbito doméstico e privado. Nesse caso, privado tem o sentido de responsabilidade individual ou familiar.

Para a economia de mercado, o desenvolvimento das capacidades humanas, socialmente determinado na escala familiar e mais precisamente para as mulheres, não é parte da lógica do desenvolvimento econômico. Essa visão, que exclui da análise a importância do fator trabalho para a reprodução do recurso humano, revela um prejuízo conceitual contra as mulheres.

Com essa lógica, as atividades realizadas pelas mulheres, no âmbito doméstico e no comunitário, não são reconhecidas como importantes e se tornam naturais.

2. Mulheres responsáveis pelos serviços sociais

O Estado de Bem-Estar, conquistado pelas lutas sociais dos/as trabalhadores/as e pelas forças democráticas, avança para o reconhecimento de sua responsabilidade em relação à provisão de serviços sociais básicos para a população em geral e, particularmente, para as crianças: cuidado, educação, saúde, provisão social e, em alguns casos, alimentação, habitação e rendas mínimas (ainda que isso funcione especialmente nos países do Norte e muito deficientemente nos países do Hemisfério Sul).

Nesse período, tanto o Estado quanto a sociedade reconhecem uma responsabilidade para com sua população a quem tem que responder.

No neoliberalismo, busca-se organizar a sociedade reconhecendo o mercado como o provedor e distribuidor de recursos. Eram propostas reformas do Estado com a principal finalidade de reprivatizar¹ os serviços públicos e sociais, convertendo-os em mercados rentáveis a serviço dos grandes capitais. Como complemento, reduzem-se os gastos sociais e os orçamentos públicos.

Esses processos de reforma do Estado, desenhados como programas de ajuste estrutural pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial (BM), tiram da responsabilidade do Estado suas obrigações e dificultam ou impossibilitam o acesso de grande parte da população, sobretudo dos mais pobres, aos serviços públicos básicos.

Esses processos, chamados de liberalização econômica, têm como consequência direta a volta da responsabilidade para o âmbito privado, indivi-

dual e familiar; o desenvolvimento, a provisão e o sustento das capacidades humanas: cuidado e atenção das crianças, dos anciões, da alimentação das famílias, da recuperação dos enfermos. No entanto, dessa vez em condições mais desfavoráveis e penosas devido à perda de direitos conquistados, ao aumento da pobreza e dificuldades piores de se conseguir renda.

Ao voltar para a esfera privada a responsabilidade da manutenção das capacidades humanas e, devido ao fato de a sociedade não ter superado a divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, as mulheres passam a ser as mais afetadas por tais políticas. Ao tornar-se mais difícil a satisfação das necessidades humanas, o trabalho de cuidar se amplia e as pessoas encarregadas de realizá-lo empobrecem mais, fato que explica a feminização da pobreza, evidenciada pela maior participação das mulheres dentre os números de pobres.

Como não é possível ocultar a existência do aumento da pobreza gerada pelo neoliberalismo, surgem programas de alívio da pobreza que têm



¹ Fazem parte destas reformas privatizações das atividades econômicas produtivas empresariais que aportavam renda para o Estado.



caráter assistencial e clientelista, sendo focalizadas na atenção aos extremamente pobres. Para reduzir os custos dos programas governamentais, instrumentaliza-se o valor e as práticas da solidariedade no interior dos setores populares. Novamente as mulheres serão chamadas para “participar” desses programas de saúde comunitária, nutrição básica, alimentação popular, educação, estimulação antecipada, creches comunitárias, albergues, etc. Essa chamada acontece invocando-se suas “qualidades naturais de mães provedoras”. Nesses casos, a utilização deste trabalho voluntário em benefício da comunidade não é ampliada dos setores mais desenvolvidos para os menos favorecidos, mas sim como um subsídio de pobres para outros pobres.

A funcionalidade e, em alguns casos, o relativo êxito de muitas destas políticas de focalização do alívio da pobreza sustenta-se numa ampliação do trabalho das mulheres para a escala familiar ou comunitária, custo que termina sendo invisível para os proponentes e executores de políticas, já que esse é tido como um trabalho não remunerado. O anunciado aumento da eficiência na economia neoliberal se traduz, na prática, num deslocamento dos custos da economia remunerada para a econo-

mia não remunerada. Instrumentaliza-se a capacidade das mulheres em construir redes familiares e sociais com outras mulheres para satisfazer necessidades comuns de suas famílias e de outras.

Apesar de sua importância para a cobertura dos programas sociais focalizados do Estado, o trabalho da mulher na esfera comunitária não tem sido objeto de compensação econômica nem social, constituindo um subsídio funcional para a redução do gasto público. Se esse aporte não fosse assumido pelas mulheres, teríamos aumentado os custos econômicos da produção, dos riscos de conflitos sociais e da instabilidade. Em alguns casos, o Estado tentou justificar esse fato conferindo em seus programas um caráter participativo, orientado para a inclusão dos agentes comunitários na sua execução, mas não na decisão das políticas de intervenção.

3. Discriminação da mulher na atividade produtiva

A lógica social vigente, desenvolvida pelo capitalismo, destina aos homens papéis ligados à capacidade de utilização de suas potencialidades como produtor de bens e serviços. Esses bens e serviços aparecem mais tangíveis; o desenvolvimento social

tem permitido seu reconhecimento e sua valorização na esfera econômica e social. A conquista de dita remuneração está associada à negociação por condições de trabalho e por outros direitos. Apesar dos processos neoliberais terem diminuído e lutado para continuar recortando estes direitos, os homens continuam reconhecidos como produtores com direitos, tanto como trabalhadores, empreendedores e investidores.

De forma contrária, as mulheres têm sido e são consideradas como “intrusas”, convidadas, recém chegadas ao espaço produtivo e seu trabalho utilizado apenas, e muito, como detentores de maiores benefícios e menores custos. Na compreensão (errada) de que o homem é provedor do sustento fami-

liar, justificam-se salários mais baixos para as mulheres por considerá-los complementos para a renda familiar². Ao entrar no mercado de trabalho, as qualificações e os aportes das mulheres são considerados qualidades inatas de pouco ou nenhum custo e, por isto, têm menor valor no mercado de trabalho, independente do bem que possa vir a produzir³. Através do conhecimento de que as mulheres assalariadas realizam duplas jornadas de trabalho, devido a suas responsabilidades familiares, presume-se que o tempo e a dedicação ao trabalho assalariado são menor que o de seus pares masculinos. Por isso as atividades que elas realizam são submetidas a estritos controles e programações que deterioram sua saúde física e mental e maltratam sua dignidade e auto-estima⁴.

² Existem numerosos estudos que demonstram que: a) esse papel de provedor nunca foi exclusivo dos homens; b) o abastecimento familiar não depende apenas da renda monetária; e, c) em toda sociedade existe uma alta porcentagem de chefia familiar feminina e, por esse motivo, são as mulheres únicas responsáveis pelo sustento familiar.

³ Existem muitos estudos que demonstram que, apesar da alta produtividade de algumas ocupações realizadas particularmente por mulheres, estas são remuneradas por menos de seu valor.

⁴ Estudos sobre a participação de mulheres na indústria eletrônica, laboratórios, confecções e com o manuseio das máquinas, de modo geral, evidenciam as penosas condições delas na atividade produtiva. Também existem estudos tradicionais sobre as condições de trabalho das clássicas ocupações femininas: enfermeiras, professoras, obstetras, parvularias (párvulo é a criança com menos de seis anos. Uma 'parvularia', portanto, é uma professora especialista em desenvolvimento humano que trabalha com crianças de 0 a 6 anos de idade. Não tem uma formação de escola normal e sim no nível de licenciatura educacional, como uma pedagoga, etc.).

Com os processos de liberalização, as mulheres assalariadas têm sido as primeiras a perder direitos sindicais e trabalhistas. Apesar do fato de que nas últimas décadas as mulheres têm conseguido maior escolaridade e qualificação profissional, suas rendas relativas não têm aumentado. Cada vez mais mulheres entram no mercado de trabalho, mas não conseguem emprego, apenas trabalhos precarizados e, em sua maioria, são subempregadas. No caso das mulheres jovens em idade reprodutiva, existe a obrigação de assinar compromissos de não engravidarem enquanto durarem seus contratos de trabalhos.

O não reconhecimento do papel produtivo das mulheres se expressa também nas dificuldades que encontram para ter acesso e controlar os recursos produtivos, tais como: propriedade dos bens, principalmente a terra; capital de trabalho: financiamento e crédito; tecnologia, capacitação técnica e mercados. Isso mesmo depois de terem demonstrado serem eficientes administradoras, boas pagadoras e responsáveis empreendedoras.

A Economia Solidária e as mulheres

Historicamente as mulheres têm tido uma participação decisiva na integração e no desenvolvimento de suas comunidades e sociedades, como também na resistência aos processos de exclusão, desenvolvendo iniciativas criativas, eficientes e viáveis por baixo custo.

São numerosas as experiências que falam dessas iniciativas. Muitas delas são baseadas em seus conhecimentos reconhecidamente femininos e experiências comunitárias; organizam-se para enfrentar “modernas crises ou novas pobreza”.

Em alguns casos, organizam os comedores populares, as cozinhas comunitárias, os comitês de saúde, berçários/creches, compras coletivas, organizam juntas (tipo de associação ou clube comunitário), organizam lanches, aperitivos/*polladas*⁵; associam-se para conseguir terrenos, para construir habitações, para dotar sua comunidade de serviços básicos (água potável, escoamento de esgoto, eletricidade). Isso tudo para sobreviver na pobreza e

⁵ Em alguns países da América Latina significa festa popular de bairro, onde o prato principal é o frango assado.

para abastecer-se mutuamente de serviços que facilitam sua participação laboral na consecução de renda.

Em outros casos, organizam cooperativas de crédito, de poupança e empréstimo, mutuais, microempresas, associações produtivas e associações comerciais para seus produtos. Isso para enfrentar o desemprego e o sub-emprego, para gerar seus próprios empregos, conseguir renda, para terem melhores oportunidades de comercialização de seus produtos, baixar seus custos produtivos. Tais rendas são destinadas, em sua totalidade, para cobrir os gastos familiares.

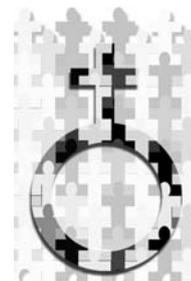
No desenvolvimento de todas essas experiências, as mulheres aprenderam a organizarem-se e a desenvolverem sua cidadania - reconhecendo seus direitos no espaço público e privado; aprenderam a enfrentar a violência familiar e social; a reconhecer seus direitos econômicos⁶. Dessa forma, as organizações de mulheres conseguiram ter reconheci-

to no espaço dos movimentos sociais e conseguiram ter direito de integrar espaços de consertação no desenvolvimento das políticas sociais para o alívio da pobreza.

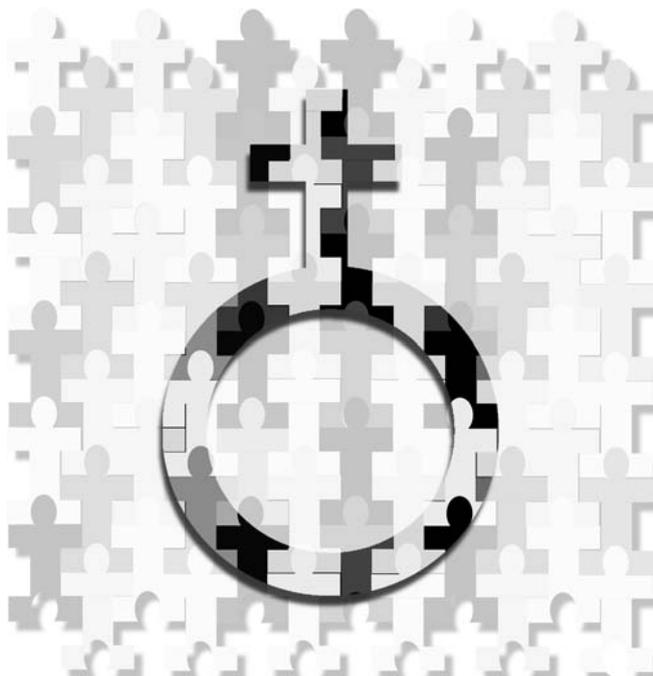
Alternativas

A reorganização das relações econômicas na sociedade passa pelo reconhecimento social da importância da produção das capacidades humanas e da relativização da esfera econômica de produção de mercadorias, a fim de pressionar por uma distribuição mais equilibrada entre homens e mulheres e suas atividades produtivas e da atenção aos requerimentos de expansão das capacidades das pessoas. É necessário romper com a lógica que deixa a esfera da reprodução a serviço da produção de bens ou apenas à funcionalidade produtiva.

É importante introduzir a perspectiva de gênero na economia, criando indicadores que tornem visível o aporte das mulheres no âmbito reprodutivo familiar e



⁶ Os direitos econômicos das mulheres estão atrelados com sua capacidade de ter acesso às condições de igualdade a um emprego digno, ao controle dos recursos econômicos, à propriedade de bens, assim como a uma distribuição harmônica das responsabilidades familiares e laborais entre mulheres e homens.



comunitário, assim como seu aporte no âmbito produtivo. É necessário determinar o nível de participação das mulheres no funcionamento dos serviços sociais diminuídos pelo Estado e seu significado monetário, a fim de fazer propostas dentro do orçamento público. Tal fato requer construir indicadores de medição de tal aporte para fazer visível esses custos encobertos e motivar seu reconhecimento social. Deve-se lutar para que o Estado ofereça serviços que aliviem a carga de trabalho não remunerado e permitam que as mulheres possam adquirir as habilidades necessárias para que elas façam parte do mercado. Dito isso, urge incentivar mudanças na distribuição social das responsabilidades domésticas.

Devemos destacar a validade da solidariedade - expressada na associação e na ajuda mútua - como um fator capaz de incrementar a produtividade e a eficiência nas atividades econômicas. Nesse sentido, é necessário assumir a cooperação e a competitividade como variáveis congruentes. A diferença do caráter exclusivamente instrumental do crescimento econômico e da acumulação que se expressa na noção de capital social assumido pelas multilaterais tem que ressaltar o valor intrínseco da soli-

riedade, assim como seu potencial para construção de uma economia capaz de satisfazer necessidades e gerar os excedentes requeridos para melhoria da qualidade e das oportunidades de vida de todos.

É importante demandar a intervenção do Estado com políticas dirigidas para promover o acesso e o controle das mulheres aos recursos produtivos, como a terra, bens de capital, financiamento e crédito, tecnologia, capacitação técnica e mercado.

É necessário ainda fortalecer o movimento social de mulheres para sua participação na esfera política, com sua capacidade de argumentação crítica, de propostas e de vigilância social, em relação às políticas de desenvolvimento dos países e à defesa de seus direitos econômicos.

A Economia Solidária deve incluir propostas para que as atividades consagradas de desenvolvimento das capacidades humanas e sociais entre pessoas e grupos se convertam em eixos de investimentos prioritários para a sociedade e objeto de estabelecimento de mecanismos de compensação social. Não apenas por seu caráter instrumental, como é entendido nas

noções de capital humano e investimento social, mas sim pelo caráter de fim em si mesmo, de objetivo em si mesmo, que tais atividades possuem.

É necessário que a Economia Solidária enfoque a inter-relação que existe entre o trabalho reprodutivo e o trabalho mercantil para contribuir em maior medida para a humanização da economia, incorporando a importância da produção, do desenvolvimento, do cuidado das capacidades humanas na lógica econômica. Igualmente é oportuno revisar o conceito de comércio justo para melhor influir na sustentabilidade econômica no longo prazo dos empreendimentos.

A Economia Solidária necessita avançar na construção de um projeto alternativo de convivência humana, baseado no reconhecimento dos direitos individuais e coletivos e nos valores de justiça, participação e equidade social e de gênero. Avançar rumo a um projeto que integre, harmoniosamente, os setores tradicionais e os modernos de nossa sociedade. Nesse sentido, devemos estabelecer indicadores para comprovar que temos avançado nesse propósito. É necessário pensar nossa proposta no marco de uma economia plural em que coexistam



os setores públicos, privado e social. Ao reconhecermo-nos como países multi-étnicos e pluriculturais, teríamos que atender à diversidade de situações em acordo com as regiões e localidades e o respeito à diferença e a autodeterminação, às aspirações das mulheres e dos homens.

Esse movimento deve sustentar-se na ação de cidadãos e organizações sociais nos espaços públicos para dar a base de um projeto político dialogal que possa servir de referência para quem deseja um ordenamento econômico justo para todos. Portanto, um projeto capaz de ser subscrito por diversos setores sociais e políticos, orientado para transformar o sistema existente.

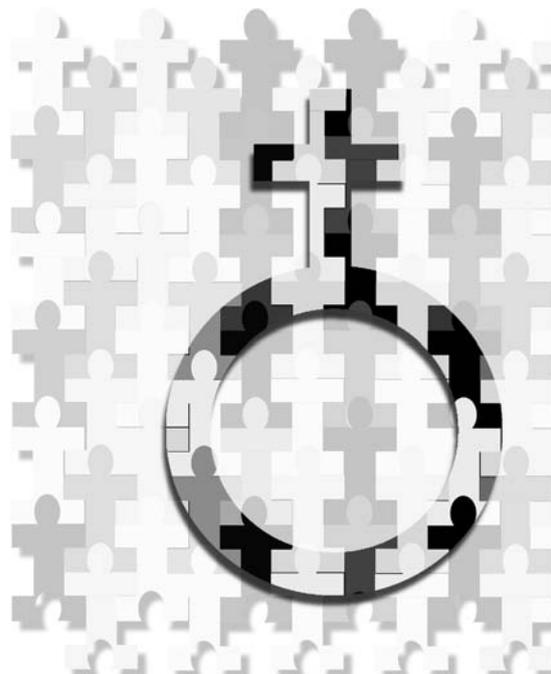
É importante promover espaços de conciliação entre o Estado, sociedade civil e setor privado para a criação de políticas públicas e de marcos legais que favoreçam uma socioeconomia solidária. Trata-se de fomentar não apenas uma Economia Solidária, mas (sim) a solidariedade no interior da economia. Com esse critério, devemos privilegiar a ação de nosso movimento nos espaços locais, pois esses constituem um nível de intervenção que facilita o estabelecimento das redes de organização economi-

ca e social, como também a confluência entre atores sociais e políticos.

É importante influenciar na elaboração do orçamento nacional de forma a aumentar substantivamente o investimento social em educação e saúde, a partir dos recursos que teriam destino para o pagamento da dívida externa. Nessa perspectiva, é vital promover a elaboração de orçamentos descentralizados, por regiões e localidades, com perspectiva de gênero. É necessário zelar pela arrecadação de impostos, pela distribuição dos recursos arrecadados e pelos gastos do Estado, particularmente no funcionalismo público.

Em relação ao trabalho e aos direitos trabalhistas, é imperativo lutar pelo cumprimento dos convênios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), subscritos pelos países. Deste modo, deve-se promover o reconhecimento social do trabalho da mulher na esfera doméstica e comunitária; assim como seu acesso equitativo a um emprego digno, ao controle dos recursos produtivos e à propriedade de bens, de acordo com uma distribuição harmônica de responsabilidades familiares e trabalhistas entre mulheres e homens.

Urge igualmente promover o desenvolvimento tecnológico, propondo alternativas ligadas às vantagens comparativas de cada região e localidade. Por outro lado, é muito importante estimular experiências de consumo ético que dêem prioridade aos fornecedores locais. Assim, é necessário explorar possibilidades de comércio inter-regionais e de exportação de produtos com maior valor agregado.



Rosa Guillen - Socióloga e membro da Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia e do Grupo de Gênero de Economia - Peru.



Economia Solidária: uma abordagem europeia

Jean-Louis Laville

Entender a realidade da Economia Solidária na Europa supõe a reapropriação de uma história, durante muito tempo ocultada, a fim de recolocar em perspectiva as práticas atuais. Sua pertinência e sua importância simbólica são inegáveis. Partindo dessas práticas, é possível, então, questionar as condições suscetíveis de se afirmar no futuro o projeto político que as sustenta.

1. História

Na Europa, a Economia Solidária não data de hoje; ela tem uma longa história. Na primeira metade do século XIX, múltiplas associações foram constituídas, fundadas na ajuda. Essas associações desem-

penhavam, simultaneamente, os seguintes papéis: produção em comum, socorro mútuo, defesa coletiva e reivindicação.

Foi a partir dessas associações que na França, por exemplo, elaboraram-se projetos de reagrupamento numa Economia Solidária. Desde essa época, então, para enfrentar os problemas sociais provocados pelo mercado, ações coletivas mostraram que um outro princípio econômico podia ser mobilizado a serviço da sociedade: a solidariedade, isto é, uma ação recíproca entre cidadãos livres e iguais. Opondo-se à concepção liberal que reconhece apenas o interesse material como justificativa de uma ação, tratava-se de uma aposta na capacidade de auto-organização operária e camponesa.



Essas experiências baseadas na solidariedade foram fortemente reprimidas na segunda metade do século XIX mas, apesar de tudo, deixaram marcas como a obtenção de certos estatutos jurídicos (associações, sindicatos, seguros, cooperativas). Também contribuíram sobremaneira para a construção de um Estado social que garantiu direitos e organizou a redistribuição de recursos retirados da economia de mercado para reduzir as desigualdades. Conseqüência: a solidariedade tornou-se cada vez mais sinônimo de redistribuição pelo Estado social e o projeto de Economia Solidária foi progressivamente esquecido.

É a um retorno disto que assistimos com a ofensiva neoliberal. A ruptura do compromisso social-democrata entre mercado e Estado, a partir dos anos 60, provocou o renascimento de uma perspectiva de Economia Solidária sustentada por práticas que denunciaram as implicações concretas do neoliberalismo.

2. Práticas

Essas práticas se desenvolveram em vários níveis:

- Em primeiro lugar, foram iniciativas locais que se multiplicaram na Europa a fim de evitar que campos tradicionais dos serviços sociais (cuidados, saúde, serviços...), assim como novas atividades em serviços emergentes (esporte, cultura...), fossem dominados pelos grandes grupos privados. Trata-se, a partir da cooperação entre as partes envolvidas no serviço (profissionais, usuários e voluntários), de melhorar a qualidade de vida cotidiana e de contribuir para um debate sobre a redução das desigualdades sexuais e sociais. Essa dinâmica foi ampliada através de fortes tendências sócio-demográficas, como o envelhecimento da população e a profissionalização das mulheres.

- Ao lado dessas condutas centradas em “serviços de proximidade”, iniciativas complementares também beneficiaram pessoas excluídas do sistema econômico para que estas pudessem a ele ser reintegradas, oferecendo-lhes não pequenos “bicos”, mas empregos permanentes e de direito comum. Assim, iniciativas de mulheres ou de associações de

bairros criando trabalho procuram consolidar o laço civil nos bairros apoiando-se na participação dos moradores.

- As iniciativas de finanças solidárias pretendem promover uma outra relação com o dinheiro. Criticando a evolução do sistema financeiro que torna o crédito seletivo e inacessível para inúmeros empresários, elas procuram orientar a economia para atividades que tenham uma finalidade social e uma implantação local. Nesse ponto, elas convergem para diferentes redes de trocas não monetárias que evidenciam ameaças ligadas a um excesso de monetarização da vida social e reabilitam os sistemas de trocas locais e a auto-produção coletiva.

- Quanto ao comércio eqüitativo, representa um protesto contra um comércio internacional em que produtores e consumidores são privados de qualquer contato direto, o que favorece novas formas de super exploração, cujos primeiros prejudicados são os produtores do Sul. Melhorar sua sorte e sensibilizar a opinião pública do Norte para as injustiças de que eles são vítimas é o duplo objetivo a que se determinam, pois, os atores do comércio eqüitativo

que, ao mesmo tempo, promovem ações de sensibilização e organizam circuitos de distribuição.

3. O projeto

Entretanto, o projeto de Economia Solidária só pode ser constituído situando essas práticas num contexto geral de globalização. Na verdade, existe um risco, o da instrumentalização das práticas da Economia Solidária num contexto neoliberal. O desvio da Economia Solidária que dele consiste em limitá-la ao papel de uma economia de reparo, que agiria somente sobre os efeitos da pobreza, sem combater suas causas.

Para os neoliberais, a Economia Solidária só seria aceita sob forma de uma economia assistencialista que provocaria o desmantelamento do Estado social, organizando serviços menos caros, com base num voluntariado consentido e maciço recurso a empregos precários. A força dessa concepção é ilustrada, por exemplo, em alguns países anglo-saxões pela noção do setor terciário, quando este é visto como um setor residual, filantrópico, sem nenhuma dimensão de conquista de direitos e de transformação social.

As redes européias de Economia Solidária podem ter diferentes abordagens, mas todas são unânimes em recusar a instrumentalização destas práticas que as privaria de sentido, já que sua razão de ser reside justamente no combate ao crescimento sem fim do mercado e à globalização neoliberal.

Em suma, o que torna original a perspectiva da Economia Solidária é o desejo de se articular permanentemente as dimensões política e econômica. Trata-se, a um só tempo, de resistir e de construir, de contestar e de propor. Em outras palavras, de relacionar a contestação política da atual globalização às práticas de cidadania econômica.

O projeto político da Economia Solidária consiste em construir uma outra mundialização através de um comportamento solidário nos atos econômicos cotidianos (criação de novos serviços, novas trocas; produção, consumo, poupança...).

É o que acontece:

- quando os criadores de serviços de proximidade denunciam a seleção das clientelas nos negócios e exigem igualdade de acesso aos serviços sociais;

quando os moradores propõem uma integração com os poderes públicos locais para participarem da organização de serviços urbanos adaptados aos seus beneficiários; quando as mulheres se engajam na luta contra as discriminações e pela instauração do direito à iniciativa; quando os promotores de finanças solidárias denunciam a moda do micro-crédito no seio das grandes instituições internacionais, o que se torna um elogio ao “capitalismo dos pés descalços”;

- quando os atores de redes de troca local se esforçam para fixar novas fronteiras para o capital e para preservar as relações de proximidade que não estejam baseadas na busca do lucro; quando o movimento do comércio equitativo é ativo nas campanhas internacionais pela defesa dos direitos sociais e do meio ambiente.

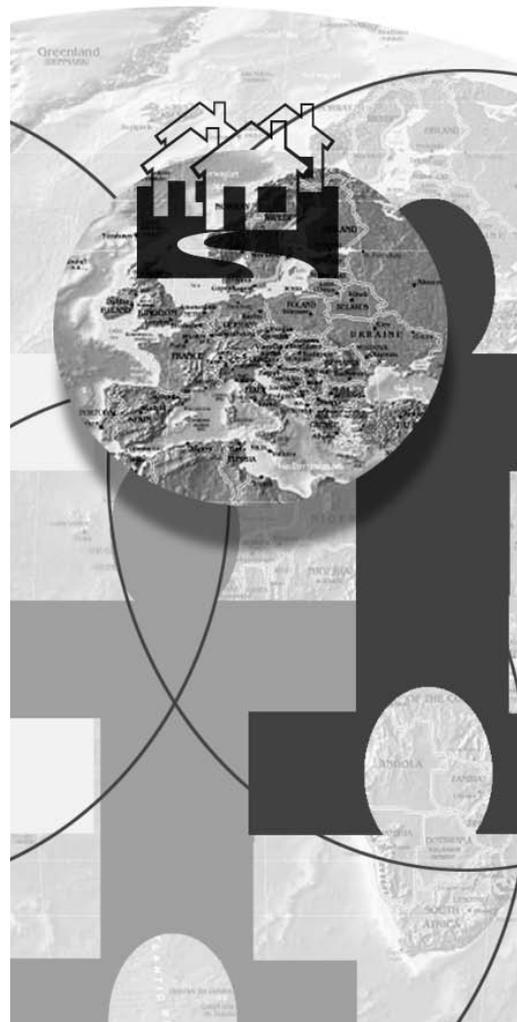
4. As condições de desenvolvimento

Todavia, o aumento da força do projeto de Economia Solidária pressupõe a ruptura com a visão da economia que faz do mercado o único produtor de riquezas.

É fundamental desconstruir essa idéia tão difundida. Por um lado, a economia não poderia se limitar ao mercado; por outro, a economia não funcionaria se não houvesse infra-estruturas públicas, se não houvesse um trabalho cuidadoso de educação, realizado diariamente, possibilitando a reprodução social, trabalho assumido pelas mulheres sem reconhecimento no âmbito da divisão sexual do trabalho.

A solidariedade é criadora de riquezas tanto materiais quanto culturais, relacionais. Este aporte da solidariedade à economia foi ofuscado por uma ciência econômica que, na sua ortodoxia, está centrada no mercado. O pensamento único deste deve ser substituído pela percepção da realidade da economia que é plural.

A evidenciação dessa diversidade pressupõe também que o crescimento do mercado não seja limitado apenas pelo Estado. O aumento dos contatos entre o movimento da Economia Solidária e os militantes antiglobalização deve permitir que estes se dêem conta do quanto a iniciativa cidadã pode ser complementar à ação pública.



Contrariamente às idéias pré-concebidas, a Economia Solidária não é o cavalo de Tróia do desengajamento do Estado. De fato, ela pode até ampliar o espaço público quando seus promotores formulam questões que não teriam lugar sem seu posicionamento. É por isso que, ao invés de opor Economia Solidária e serviço público, convém mostrar as interdependências contínuas entre ação coletiva e ação pública, tais como elas decorrem há quase dois séculos de história européia. Mensageira do engajamento cidadão, a Economia Solidária tanto pode ser uma alavanca para a construção do Estado social onde ele ainda não existe, como também contribuir para a relegitimação da intervenção pública.

5. Que futuro?

Uma aliança mais marcante entre as partes envolvidas na Economia Solidária e os membros das organizações que se responsabilizaram pela resistência ao neoliberalismo só tende a facilitar a instauração de novas relações entre os poderes públicos e a sociedade civil, com a perspectiva de uma democratização recíproca da ação pública e desta sociedade civil.

Ademais, a participação em serviços de proximidade, o consumo eqüitativo e a poupança solidária são alguns dos meios concretos de se contestar a economia dominante. Para lhes dar mais força, os atores da Economia Solidária insistem na importância da estruturação das redes em níveis local, nacional e internacional, como a implementação de cooperações econômicas duráveis envolvendo redes do Norte e do Sul.

São essas as prioridades que se manifestam para o futuro. Entretanto, sem negar a extensão do caminho que resta a percorrer, não se deve menosprezar as etapas já ultrapassadas. A Economia Solidária existe. Ela já revelou problemas que tinham sido



mascarados pela naturalização do mercado. Suas práticas, certamente, ainda permanecem muito pouco conhecidas, mas, a despeito de sua heterogeneidade, elas se agrupam em torno da recusa desta mercantilização do mundo que nos era, ainda há pouco, apresentada como o único futuro possível. O neoliberalismo não reina mais com a evidência com que se apresentava. O Fórum Social Mundial atesta sua perda de credibilidade. No despertar dos cidadãos, que marca o início do século 21, estão presentes os atores da Economia Solidária. Pouco a pouco, eles se agrupam para chamar uma de “globalização da solidariedade” e outra de mundialização. Seu aporte específico resulta de sua luta em começar a construí-la através de seus esforços cotidianos.

Jean-Louis Laville - Sociólogo e economista do Centro Nacional de Pesquisa Científica _ Crida-LSCI, Paris e membro da Inter-Redes de Economia Solidária. Autor de “Economia Solidária, uma perspectiva internacional”, 2ª edição, 2001; “Uma terceira via para o trabalho”, 1999; dentre outros.



A proposta de Economia Solidária frente à economia neoliberal

José Luis Coraggio

O fim da hegemonia neoliberal

Durante três décadas as teorias econômicas neoliberais, a serviço do conservadorismo e dos monopólios, pretenderam validar o princípio do mercado total, sustentando que todas atividades humanas podem realizar-se melhor se organizadas como mercados livres onde cada indivíduo procura egoisticamente o melhor para si, competindo sem limites com todos os demais. Afirmam que a economia é uma esfera independente, cuja lógica pretendidamente objetiva ser universal e deve cumprir como lei natural sob pena de gerar o caos, e que a política, a resistência social e cultural, os valores humanos mais profundos e mesmo o sentido comu-

nitário deveriam ser substituídos pelo economicismo como sentido final. Dizem que o mercado deveria indicar quem tem capacidades e quem não as têm, quem merece ser sujeito de direitos humanos e quem não merece.

Essa ideologia, vendida - ou melhor untada - como pomada mágica aos governos tecnocráticos, diz que importante não é a qualidade dos processos, mas sim os resultados. Apliquemos então sua própria regra de ouro: os resultados dessa ideologia vêm sendo o empobrecimento, a concentração da riqueza naquelas sociedades que seguem seu ditado e no mundo como um todo, a exclusão, a crise do próprio modelo (como demonstra dramaticamente a

Argentina), a desesperança e a guerra. Entre zero e dez, que qualificação merecem os gurus da economia pelo experimento irresponsável disfarçado de ciência pelo que tem submetido a humanidade? ZERO!

Por sua vez, o sistema inter-estatal e suas organizações multilaterais - Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio - mostraram sua incapacidade para governar o mundo com justiça e objetividade, assim como para promover o respeito mútuo dos povos. Pelo contrário, ficou claro que representam e impõem os interesses do capital financeiro e de alguns governos. A revolução do conhecimento colocada a serviço do capital deflagrou um ritmo acelerado de inovações, muitas das quais atropelam os direitos do trabalho e terminam destruidores das sociedades e dos equilíbrios ecológicos. As tendências empíricas indicam com total certeza: não podemos esperar que o dinamismo do próprio capital nos direcione para a integração. Sob seu predomínio não voltará a apresentar pleno emprego, nem voltará a esperar nem ao menos a promessa do liberalismo de que - ainda que com desigualdade crescente - todos poderíamos experimentar uma melhoria em nossa qualidade de vida, ao longo de nossas vidas e inter-gerações. Isso corrói a

legitimidade do sistema e explica que os mecanismos da hegemonia começam a dar lugar aos de dominação aberta os quais apresentam crescentemente um componente militar.

Um sentido alternativo para a economia

Temos que propor alternativas às políticas macroeconômicas que defendem o FMI, o Banco Mundial ou o Tesouro dos Estados Unidos, às regras assimétricas do comércio internacional que vêm gerando a OMC e que é celebrado ou desenhado no Fórum Econômico de Davos. Devemos opormo-nos à prioridade do direito à propriedade privada de milhares de capitalistas, o direito à vida de muitos milhões de seres humanos e até mesmo de continentes inteiros. No entanto, não é suficiente modificar as políticas que vêm de cima. De qualquer modo, fazê-lo efetivamente requereria democratizar os estados e os sistemas políticos nacionais, o que não pode acontecer sem um poder social construído de baixo para cima, com bases materiais firmes que dê a ele autonomia para disputar, palmo a palmo, o espaço do grande capital e de suas elites governamentais associadas, muito mais que apenas reivindicar um acordo menos selvagem.

Em relação a essas bases materiais, uma outra economia pode provê-las, centrada no trabalho e não no capital. Isso significa outros arranjos sociais para promover a valorização e o desenvolvimento pleno das capacidades humanas, organizando de maneira cada vez mais adequada e justa o uso dos recursos materiais e a aplicação de conhecimentos e sabedorias para satisfazer as necessidades de todos de acordo com modos de consumo racionais em harmonia com a natureza.

Chaves da Economia Solidária

Uma questão-chave da proposta da Economia Solidária é institucionalizar - mediante à prática e mediante às normas expressas - regras morais que ajustem o funcionamento de toda a economia. Para isso, planejar, consolidar, desenvolver ou construir um forte subsistema econômico - de alcance global, no entanto, com ramificações em todas as regiões e localidades do mundo - que seja conscientemente regido por essas normas, estabelecendo alianças entre diversas formas de organização da produção, a distribuição e o consumo e que assegure a reprodução ampliada da vida de todos, avançando sobre a economia orientada pelo lucro sem limites.

Não se trata de uma proposta anti-mercado, porque a escala dos intercâmbios que se requerem para fazê-la sustentável apenas pode ser alcançada mediante mercados regulados e liberados do monopólio capitalista. Tampouco se trata de buscar refúgio em comunidades isoladas, mas sim de vincular respeitosa e dinamicamente a força das iniciativas locais com o amplo espaço de solidariedade global que hoje é possível acessar com as novas tecnologias, caso estejam adequadamente controladas pelas sociedades.

Não se trata de uma proposta anti-Estado. Requer que a economia pública esteja embutida de valores da economia moral, mudando de natureza seus processos de reforma, fortalecendo-a ao democratizar-se junto com os sistemas de representação política e social e colocando-se a serviço das maiorias as quais pretende representar. Enquanto o setor capitalista faz seu movimento terminal - que presumivelmente não será curta, como adverte I. Wallerstein - devemos confrontá-lo limitando sua voracidade de acumulação, mediante o poder político democrático, baseado nos novos movimentos e poderes sociais, assim como disputando por necessidades e recursos desta nova economia orientada por princípios morais baseados na solidariedade.





Ainda que ambiciosa essa proposta deve ter a modestia necessária para abrir-se, enriquecer-se e retificar-se nos processos de aprendizagem e diálogo contínuos, enquanto participamos ativamente na transformação da realidade, enquanto atendemos às gravíssimas emergências em que o neoliberalismo assumiu, superando a mera ação reativa e fragmentária para passar a atuar dentro um marco estratégico que oriente as decisões coletivas. Para contribuir com isso, sem perder a autonomia do pensamento crítico e propositivo, os intelectuais devem fortalecer sua vinculação e compromisso com as decisões e lutas das trabalhadoras e trabalhadores em cada cultura.

Já estamos em marcha

Não estamos falando de idéias utópicas, mas sim de OUTRO MUNDO POSSÍVEL, baseado na consolidação, promoção, potencialização e enriquecimento humano de *realidades já existentes, a saber:*

- Milhares de redes nacionais e globais de produtores e consumidores estão vinculadas por relações econômicas mais justas.
- Milhares de sindicatos mantêm sua luta por um salário justo e condições humanas de trabalho.
- Milhares de novos movimentos sociais lutam em defesa dos direitos humanos e contra a discrimi-

nação, a exploração e que violam o sistema capitalista globalizado.

- Dezenas de milhares de iniciativas coletivas geram socialmente recursos privados e públicos, formas associativas, comunitárias, de produção conjunta, de finanças éticas, de resolução de necessidades que o mercado capitalista não considera por não serem fonte de lucros.

- Centenas de milhares de organizações de crédito solidário, de ajuda mútua, de serviços públicos autogestionados, de trabalho voluntário e de produção sustentam identidades étnicas, que produzem relações sociais mais igualitárias, que eliminam a exploração entre mulheres e homens, que atacam o patriarcalismo e o clientelismo, que valorizam os jovens e a terceira idade, que valorizam os equilíbrios ecológicos dos que dependem da vida no planeta.

- Milhões de iniciativas de reprodução e trabalho autônomo em unidades domésticas do campo e da cidade e seus microemprendimentos são assumidos principalmente por mulheres.

Essas formas de produção e de reprodução da vida já existem, já enfrentam de outra maneira suas contradições internas - como a dupla exploração das mulheres a que se referiu Rosa Guillén - e lutam por assegurar um mundo até agora dominado pelo patri-

arcalismo, pelo mercado capitalista e por governos assistencialistas que estão mais preocupados com a governabilidade, por serem aceitos pelas cúpulas de poder financeiro, que atentam mais por dar prioridade a sua “responsabilidade” de reduzir a carga fiscal ao capital, por serem bons pagadores de dívidas ilegítimas e por seguirem as receitas do neoliberalismo, do que de sua responsabilidade como representantes da sociedade.

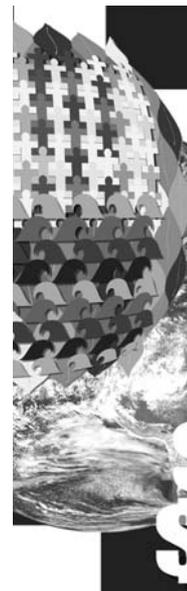
O desafio de articular e globalizar

O que propomos? Propomos superar a fragmentação mediante a articulação, o isolamento mediante a associação e o encontro dialógico, a ação reativa e defensiva mediante uma ação programática que dê imediata resposta à emergência em que nos coloca o programa neoliberal, mas vinculando-a com a criação das condições para acelerar a transição final do sistema atual rumo a outro sistema-mundo mais igualitário, sustentável social, política, ecológica e economicamente, nos quais os valores da convivência humana governem acima dos valores do lucro sem limites.

Estamos propondo para este Fórum Social Mundial e para as organizações sociais, políticas e culturais

participantes que adotem uma estratégia para unificar essas iniciativas, admitindo a diversidade de suas origens - laicas ou de diversas religiões, de Oriente e de Ocidente, do Norte ou do Sul -, de suas culturas, de seus interesses particulares, e colocando em marcha a tão mencionada sinergia, tão difícil de êxito se o próprio campo popular está coberto por conflitos e disputas pela sobrevivência.

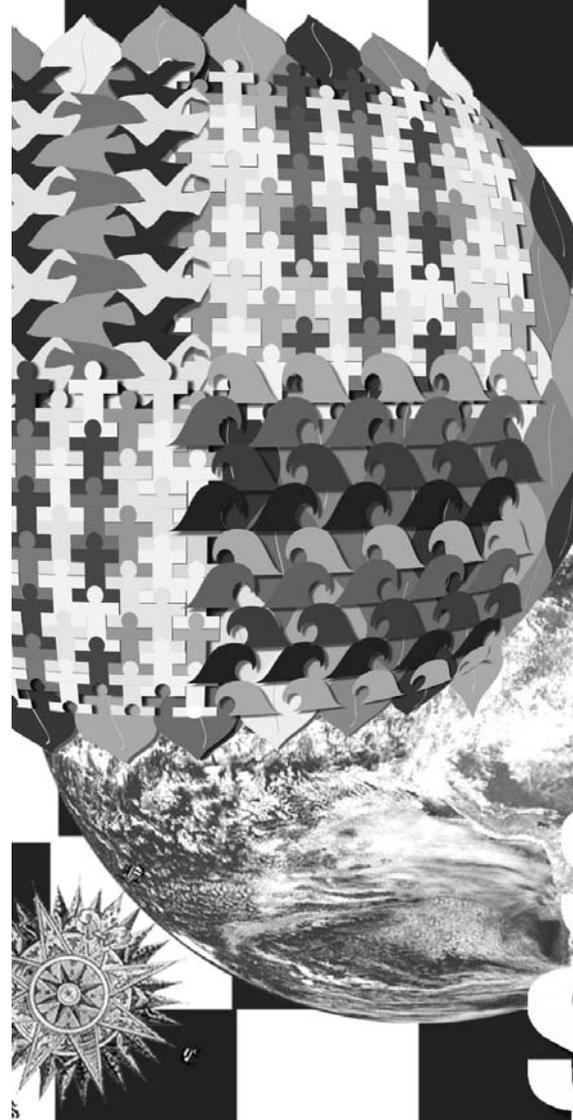
Propomos ainda construir conscientemente um sistema global de Economia Solidária, uma economia que não represente a autojustificativa do enriquecimento às custas dos demais, mas sim que represente a moral das classes trabalhadoras num aspecto amplo, onde a sociedade, a política e a cultura se revitalizem, encarnando-se em formas econômicas centradas no trabalho e na lógica da reprodução em condições sempre melhores da vida humana de todas pessoas, comunidades e sociedades, cada uma em seus próprios limites. Isso implica articular as novas formas socioeconômicas e políticas com as reivindicações históricas dentro de cada sistema cultural e, em particular, dentro do sistema capitalista: salário digno, seguridade social, condições de trabalho assalariado de mulheres e homens, igualdade política, etc.



As raízes morais e históricas da proposta

A moral d@s trabalhador@s representa uma *racionalidade substantiva* de ordem societal: todos os seres humanos devem ter suas necessidades vitais cobertas ao longo de sua vida, tod@s trabalhador@ devem ter trabalho e isto deve lhes permitir uma vida em harmonia com as possibilidades da tecnologia e a natureza e em nenhum caso a busca do bem-estar individual, comunitário ou nacional pode ameaçar as bases da própria vida no planeta.

Como nos recordou Jean Luis Laville, o movimento operário impulsionou, no princípio do século XIX, formas solidárias na Europa e hoje volta a impulsioná-las, como nos mostra a iniciativa da CUT brasileira, em estreita vinculação com os novos movimentos sociais, em seu empenho por dar impulso a cooperativas do trabalho, assumindo a representação do conjunto d@s trabalhador@s. Esse período de dois séculos fica registrado como o mais amplo da história das culturas milenárias que o colonialismo pretendeu subordinar e que hoje renascem e se estendem em vários continentes com suas formas de reciprocidade, respeito à natureza e preocupação pela ordem cósmica.



Os desafios

Essa proposta significa que não vamos mais esperar que o investimento capitalista - produtivo ou especulativo - reintegre-nos como assalariados e consumidores por sua vontade, varrendo as culturas no seu afã de mercantilizar e homogeneizar para controlar, ou que vamos nos dedicar em organizar diretamente a produção e o intercâmbio, em canalizar nossas próprias poupanças, em gerir as melhores formas de resolver nossas necessidades, respeitando e aproveitando a riqueza de nossa diversidade cultural, étnica e geográfica, integrando as ações produtivas do local em âmbitos regionais, nacionais e globais.

A tarefa proposta não é fácil. Exige que combinemos a predição de outro mundo possível - acompanhado de um programa de ação para planejar e regular os novos mercados -, com o pragmatismo estimulado pelas penúrias acumuladas nestas décadas, que trouxeram fome num mundo capaz de alimentar várias humanidades. Isso exige dos movimentos uma luta cultural, uma luta pelo desenvolvimento da capacidade de compreensão e de ação racional dos cidadãos, pois o senso comum tem esta-

do infiltrado de valores neoliberais e do consumismo imediatista e deve ser liberado dessas prisões que impedem que pensemos nas possibilidades que demarcam este momento de transição de uma era. Nisso é fundamental advertir que o poder dos grandes monopólios e governos pode ser combatido pela ação coordenada das massas, hoje manipulada pela ideologia individualista. Assim, o poder de compra de consumidores e usuários pode ser uma força extraordinária, orientada pela consciência dos efeitos do consumo individualista sobre os equilíbrios fundamentais do planeta e de suas regiões.

A Economia Solidária é um conceito que abrevia uma ampla variedade de propostas e expectativas e deve permanecer plural, permitindo a experimentação responsável na busca de novas formas de organização da produção e reprodução. Essas propostas devem poder manifestar suas pretensões de legitimidade e terão variadas respostas por parte das sociedades nas diversas culturas e situações históricas. O conflito estará inevitavelmente presente nessas buscas, mas isso não é ruim nem é um obstáculo, se conseguirmos regular esses conflitos de maneira a restituí-los como motor de desenvolvimento de formas sempre melhores de gestão do sistema de

necessidades, de modo que todos os seres humanos possam desenvolver suas capacidades. Sabemos que as necessidades, entendidas como tensões pela carência de determinados bens ou serviços, são construções sociais em que o interesse do capital predomina gerando demandas que realimentam seu circuito de acumulação sem fim. Parte fundamental do projeto da Economia Solidária é dar consciência das opções que temos em relação ao modo de consumo e suas inter-relações com os modelos de desenvolvimento da produção. O Desenvolvimento Humano Sustentável é uma proposta cujas pretensões paradigmáticas devem ser consideradas pela Economia Solidária na sua busca por uma economia não capitalista, não patriarcal, culturalmente plural e não colonizadora.

Elementos para uma estratégia / programa de trabalho

Para obter força total nesse movimento não serão suficientes palavras e propostas de futuro. (Hoje até o Banco Mundial afirma que quer para nós uma vida melhor, ainda que suas ações pareçam mais indicar que se refere a apenas 40% da população mundial). É preciso mostrar empiricamente, com práticas de

êxito, que a Economia Solidária é uma alternativa infinitamente superior à luta darwiniana pela sobrevivência. Urge mostrar, na prática, como tem evidenciado a cidade de Porto Alegre e tantas outras sociedades locais, que é possível a democracia participativa e que também ela é eficiente, pois não apenas permite o controle por parte dos trabalhadores, como também provê uma racionalidade superior que advém da combinação do conhecimento técnico-científico com o conhecimento prático dos cidadãos e usuários. É necessário confirmar que as pretensões de legitimidade dos interesses particulares podem dirimir-se melhor num espaço democrático aberto do que mediante lobbies e influências que se exercem detrás das cortinas do poder administrador e que sempre beneficiam os mais poderosos ou as redes de poder mafiosas e corruptas.

Essa estratégia apenas pode consolidar-se mediante profunda reforma das instituições (como os sistemas jurídico-normativos, que indicam como sendo “ilegal” a metade do trabalho legítimo de reprodução), criação de outras novas e ação cotidiana de centenas de milhões de promotores que difundam o conhecimento e a informação, que interconectem os empreendimentos solidários locais, que mediem os centros de

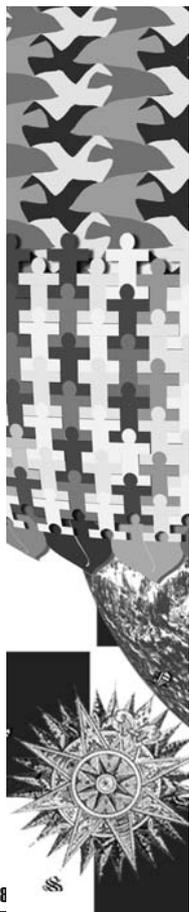


formação e de investigação científica e tecnológica e os produtores e consumidores, pondo à disposição destes o conhecimento mais avançado, assegurando a capacidade de inovação, de eficiência social e de qualidade dos processos e resultados.

Vamos continuar identificando as múltiplas experiências da Economia Solidária, sistematizando e aprendendo com suas experimentações, sua rica variedade, afirmando valores humanos e tecendo redes de intercâmbio que lhes permitam potencializar suas capacidades de satisfazer as necessidades de todos. Já começam a multiplicar-se os programas de pesquisa científica e de formação superi-

or em economias alternativas. Devemos penetrar nas estruturas curriculares dos sistemas escolares, começando dos níveis iniciais, para que se abram para sociedade e facilitem o desenvolvimento das capacidades empreendedoras, da racionalidade compreensiva, da comunicação, da criação, da participação e da cooperação que requer uma economia de solidariedade.

As propostas não podem surgir de indivíduos, grupos ou organizações iluminadas. Para encarnar-se nas práticas dos milhões de trabalhadores do mundo devem emergir de processos coletivos de aprendizagem, ser comunicáveis aos diversos códigos e matrizes culturais, poder conectar-se com o mundo



das necessidades percebidas pelas pessoas e serem críveis, mostrando sua viabilidade ou possibilidade de construir as condições para sua efetivação. *Isso requer superar as declarações de tom filosófico geral, elaborando participativamente programas de ação concretas, demonstrando a legitimidade das propostas mediante seus resultados experimentados e valorizados positivamente pelas pessoas.*

Política democrática e Economia Solidária

Não temos verdades absolutas, no entanto, temos uma base empírica inegável de experimentação socioeconômica e disposição para aprender a partir de nossas práticas e das de outros. Certamente, não se trata apenas de saberes corretos. Essa proposta implica confrontar interesses poderosos, ideologias conservadoras e a força do dinheiro e do poder político alienador da cidadania. Entretanto, já demonstramos através das redes de trocas que temos o poder de criar nossa própria moeda social, que podemos resolver necessidades mediante o trabalho comunitário e também que podemos competir nos mercados globais pelo desejo dos consumidores dispostos a comprar produtos em redes de comércio justo e solidário, que buscam a qualidade material,

social e ecológica daqueles bens e serviços que podem assegurar uma produção e um comércio responsável. Não se trata, então, de buscar “nichos” de mercado para a produção popular, mas sim de construir novos mercados globais, novas relações, novas relações socioeconômicas em escala, propondo outra vinculação entre o local e o global, entre o interesse particular e o interesse intercultural geral.

Essa proposta é concreta e complexa. Levará tempo dar forma a esse sistema global, consolidar e constituir novos sujeitos socioeconômicos, inserir nas administrações públicas os valores da Economia Solidária, limitar a fúria da acumulação do capital, como também superar o senso comum legitimador de uma economia excludente que pretendeu naturalizar-se através da ação ideológica e de medo para a exclusão e a repressão.

Como indicaram Sandra Quintela e Carola Reintjies, estamos diante um desafio histórico: ser parte da construção de outra economia centrada no trabalho. Após ter experimentado o fracasso da economia construída pelo capital, voltar a assumir a responsabilidade social e política pelo futuro da humanidade a partir da mesma base socioeconômi-

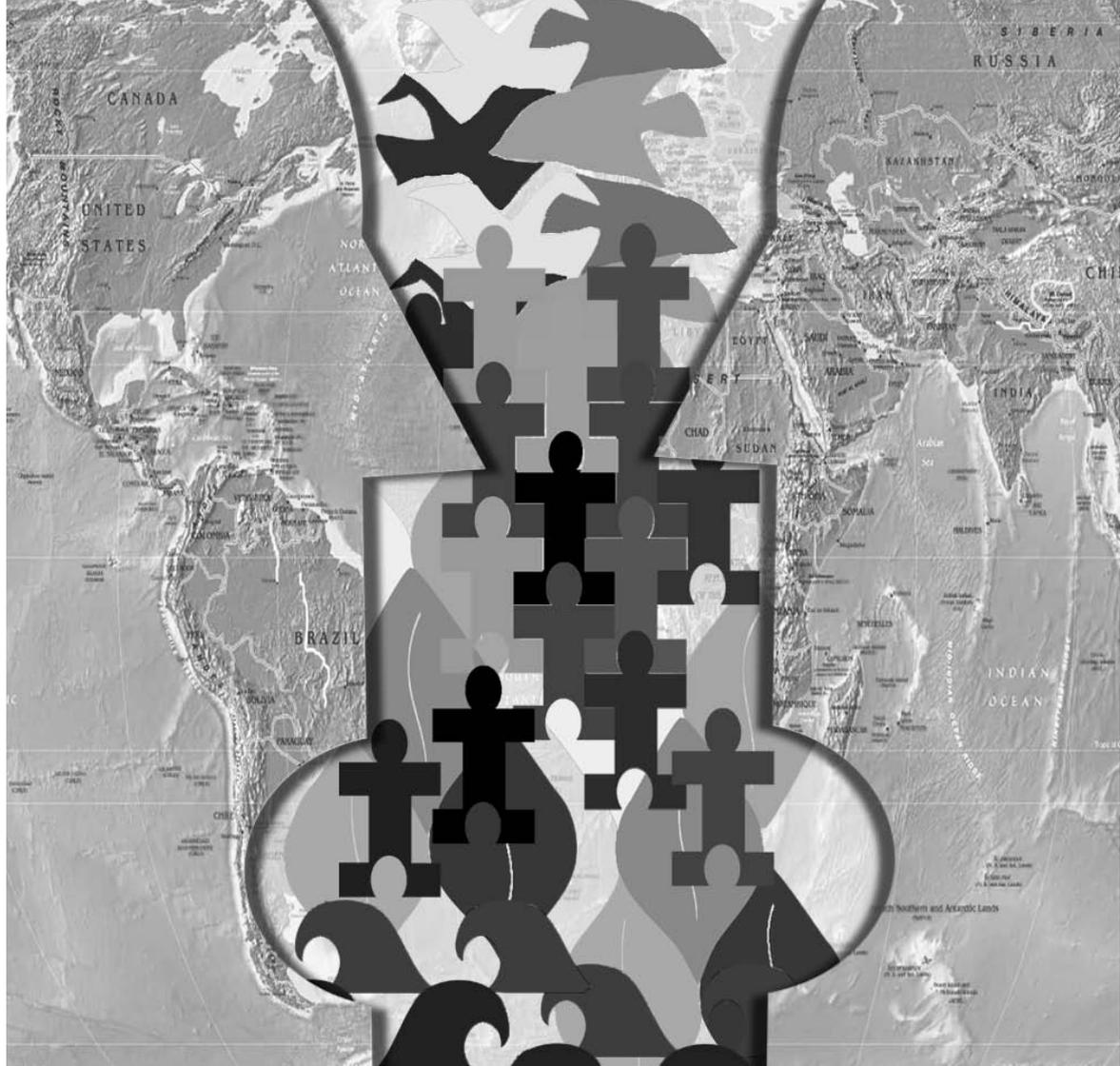
ca, revertendo as relações de poder político e de apropriação dos bens e recursos do planeta. Como movimento global vamos ter que explorar e valorizar nossas raízes culturais heterogêneas, no Norte e no Sul, no Ocidente e no Oriente, superando a dependência Norte-Sul e o eurocentrismo e nos abrindo para o descobrimento e a aprendizagem conjunta de nossas capacidades de organização do trabalho, de um trabalho de qualidade humana que, por si mesmo, seja um caminho para a realização de todas pessoas.

Já não basta apenas agüentar, sobreviver ou meramente resistir ou fazer “panelaços”. *Trata-se de criar outra economia, uma Economia Solidária e confrontar no próprio terreno do capital - que pretendeu, mas que já não pode ser a única forma legítima de organizar a produção, a distribuição e o consumo - e de seus aliados estados.*

Logo, esse é um projeto profundamente político: **NÃO PODE HAVER OUTRA ECONOMIA SEM DEMOCRACIA E NÃO PODE HAVER DEMOCRACIA SEM OUTRA ECONOMIA.**

Cada um de nós, cada idéia, cada iniciativa, cada interpelação e cada diálogo contam. Que essa conferência e esse seminário de Economia Solidária brindem um novo impulso ao movimento rumo a outra economia, rumo a outra globalização.

José Luis Coraggio - Economista com trabalhos nos temas da economia popular na Nicarágua (1985), Equador e na Universidad General de Sarmiento, Argentina. Autor de numerosas publicações sobre economia popular e sobre a possibilidade de desenvolver um sistema de economia centrada no trabalho. É coordenador da URBARED, Rede de Política Social Urbana na América Latina.



Economia Solidária: Caminho para construir dia-a-dia uma outra globalização

Sandra Quintela

Eixo I: Produção de riquezas e reprodução social

Composição da mesa:

Animadora e autora desta síntese:

Sandra Quintela/Brasil - PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul e RBSES - Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária.

Apresentadora da Conferência pelas Redes Puxadoras:

Carola Reintjes, REAS - Rede de Redes de Economia Alternativa e Solidária, Estado Espanhol.

Debatedores:

Jean Louis Laville/França - CRIDA - Centro de Pesquisa e Informação sobre a Democracia e a Auto-nomia e IRES - Inter-Redes de Econoia Solidára; Jose

Luiz Coraggio/Argentina - Universidad General Sarmiento; Rosa Guillén/Peru - Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economia.

Redes Puxadoras da Conferência e do Seminário:

Coalición Rural, México e EUA; COLACOT - Confederação Latino-Americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores, A. Latina; FAMES - Fórum de Mulheres Africanas para um Mundo de Economia Solidária, Senegal; FINANSOL - Finanças Solidárias, França; ESQ - Grupo de Economia Solidária de Quebec, P.Q./Canadá; GRESP - Grupo de Economia Solidária do Peru; IRES - Inter-redes de Economia Solidária, França; MAG2 Finanza - Itália; PSES - Polo de Socioeconomia Solidária, Global; RBSES - Rede Brasileira de

Socioeconomia Solidária, Brasil; REAS - Rede de Redes de Economia Alternativa e Solidária, Estado Espanhol; Rede de Trocas Solidárias, Argentina.

1. Qualificação da conferência:

Página de questões:

As questões problematizam se a Economia Solidária, nas suas diversas formas, é uma prática pontual e de dimensão apenas microeconômica ou é um projeto de desenvolvimento destinado a promover, de forma sustentável, as pessoas e coletividades sociais a sujeitos dos meios, recursos e ferramentas de produzir e distribuir as riquezas, preservar a natureza e o meio ambiente, visando à suficiência em resposta às necessidades de todos:

A. A Economia Solidária está orientada apenas a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, ou tem a vocação de constituir-se no fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento humano plural e sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades e o desabrochar dos potenciais de cada pessoa e de todas as cidadãs e cidadãos da Terra, promovendo a qualidade de sua própria vida e a das gerações futuras?

B. São os valores centrais da Economia Solidária o trabalho e a satisfação sustentável das necessidades, o saber e a criatividade humana? Como superar a divisão opressiva do trabalho centrada em discriminação sexual, étnica, cultural, etc e a injusta distribuição dos meios de consumo?

Nascida sobretudo entre os excluídos dos Estados de bem estar material, sem acesso aos bens produtivos, aos mercados, à tecnologia e ao crédito, a Economia Solidária revela o potencial de ser um paradigma de outra globalização, que demonstra praticamente que Outro Mundo é Possível.

Neste sentido:

A. Seria uma proposta de economia paralela a outros sistemas econômicos? Seria apenas complementar a outras formas econômicas? Ou se expande em conflito com elas, convivendo e confrontando-se num longo processo transformador, capaz de vir a superá-las? Há contradições e conflitos em seu interior ou pretende-se que seja pura solidariedade? Se há conflitos, são intrínsecos à economia solidária? De que modo podem conviver com o capitalismo, sem serem integrados ou absorvidos por ele?

B. Como tratar a questão da solidariedade numa

sociedade imbuída de valores consumistas e mercantilistas e como difundir a proposta de se viver em redes de economia de solidariedade? Que desafios educativos se fazem presentes para trabalharmos a sensibilidade para a cultura da solidariedade enquanto estratégia imprescindível para as práticas de Economia Solidária?

C. Como compor a riqueza de compreensões presente nas noções de Economia Social, Economia Solidária, Economia Popular e Solidária, Socioeconomia Solidária, consolidando um sentido emancipatório ao conjunto das elaborações e práticas, respeitando a diversidade regional, cultural e as peculiaridades Sul-Norte, Leste-Oeste?

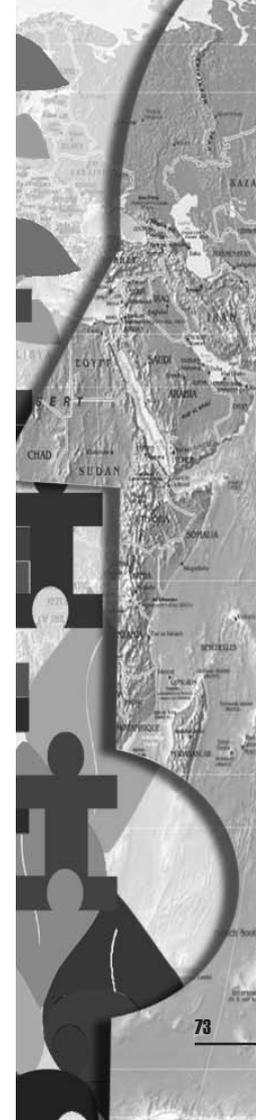
D. Como reforçar as práticas e encorajar o apoio mútuo entre as iniciativas de forma ordenada, interrelacionando os setores e as práticas? Como avaliá-las, mediante que códigos, critérios e indicadores? Como projetar a riqueza dessas práticas para o conjunto da sociedade? Como coordenar e expandir as experiências e redes, em nível local, nacional, continental e internacional? Como integrar as escalas local e global dos empreendimentos e redes solidárias?.

Grupos sociais a que se refere: o público dessas redes inclui os que já não podem viver no sistema dominante e os que já não querem fazê-lo. Os primeiros, porque são excluídos, precarizados, explorados. Esses incluem trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, mulheres trabalhadoras, os sem-terra, os sem-teto em ambos os hemisférios. Os outros, porque buscam combater toda forma de exclusão e desumanização, integrando-se solidariamente a esse projeto.

2. Análises:

- Nos últimos 30 anos vimos emergir práticas de Economia Solidária que resgatam acúmulos de mais de um século na luta e organização dos trabalhadores, com inovações criativas. Para enfrentar problemas sociais criados pelo mercado, essas ações coletivas do passado e do presente têm mostrado que um outro princípio econômico pode ser mobilizado a serviço da sociedade. A solidariedade vem da ação recíproca entre cidadãos livres e pode ser um princípio econômico em oposição ao princípio liberal, que só reconhece o mercado e a competição.

- Entre as inovações está a visão de que a Economia Solidária integra soluções que vão do nível





local até o global e inclui as múltiplas dimensões e potenciais humanos. É intrínseca à economia solidária a capacidade de articular constantemente a dimensão política e social e a dimensão econômica, com uma preocupação ambiental.

- A Economia Solidária está centrada na valorização do trabalho, saber e criatividade humanas, e não no capital. Ao empoderar os trabalhadores como sujeitos dos meios e recursos para produzir e distribuir as riquezas, tem que enfrentar riscos e obstáculos objetivos e subjetivos que tornam esse processo lento e complexo. Paciência e perseverança são exigidas de todos os que se empenham na sua construção, que implica também uma transformação pessoal e cotidiana, com a incorporação de novos valores, atitudes, modos de relação.

- Não vamos conseguir progredir no sentido da construção de uma outra economia se não fizermos uma revisão profunda do que foi e do que ainda está presente e queremos mudar na relação de gênero: a divisão sexual do trabalho e a cultura patriarcal.

- As redes de Economia Solidária recusam a instrumentação das suas práticas pela economia de mer-

cado, refutando o mito de que todas as relações humanas e a própria economia se reduzem ao mercado. A Economia Solidária não se define por uma postura antimercado nem anti-Estado, mas pela postura de construir novas práticas econômicas e relações de poder em que o mundo do trabalho seja o principal protagonista.

- É uma proposta aberta a enriquecer-se pelas transformações da realidade. Propõe que o Estado seja democratizado e colocado a serviço da sociedade.

- Sem a construção de uma Economia Solidária será impossível uma globalização solidária.

3. Propostas identificadas

Propostas estratégicas

- Integração e consolidação, articulação das redes de Economia Solidária em âmbitos local, nacional, continental e internacional.

- Alianças entre as organizações e redes nos diversos segmentos da economia.

- Conexão entre Economia Solidária e uma nova educação: aprender a aprender, aprender com as

experiências, alterar os currículos e métodos da educação formal, introduzindo práticas cooperativas e solidárias, etc.

- Disputar o uso dos recursos que as agências disponibilizam em nome da solidariedade.
- Tomar consciência do modo de consumo que temos e de como eles se conectam com os processos produtivos, a fim de transformá-lo na perspectiva da ética da solidariedade e da sustentabilidade.
- Políticas públicas que promovam o empoderamento da sociedade e das ações da Economia Solidária.
- Acordos bilaterais ou multilaterais com os poderes públicos.
- Um Banco Mundial ético.
- Uma Organização Mundial do Comércio Justo.
- Planos de pensão solidários.

Propostas integradoras

- Fazer a memória histórica da Economia Solidária.
- Fazer Mapa da Economia Solidária e base de dados coletiva.
- Consolidar práticas exitosas no intercâmbio de bens e serviços solidário, organizado em nível internacional (portal, comercialização).
- Articular as diferentes formas e setores da Econo-

mia Solidária, desde o nível local ao global, construindo e reforçando as redes de colaboração solidária que facilitam a interação dos diversos atores e fomentem um espírito de sujeitos da construção coletiva.

Propostas que facilitem um processo de construção de consensos sobre conceitos e marco ético:

Promover debates internacionais sobre:

- critérios éticos e elementos diferenciais da Economia Solidária,
- critérios éticos e códigos de condutas empresariais,
- conceitos de emprego, trabalho, valor, riqueza, escassez, necessidade, mercado, Estado, democracia, etc,
- metodologia internacional sobre indicadores inovadores de avaliação (indicadores de riqueza, trabalho, qualidade e quantidade da ocupação).

Propostas de alianças que facilitem a articulação, projeção externa e implantação socioeconômica como agente de transformação:

- Recompilação e publicação de dados e estudos nacionais (redes) ou setoriais (financiamento solidário, comércio justo, moeda local, etc.): dados, realidades, impacto.

- Repensar a cooperação internacional a partir do paradigma da solidariedade entre Sul-Sul, Sul-Norte, consumidor-produtor, trabalhador-empresendedor, substituindo assim a lógica dominante da mera transferência financeira ou técnica.

- Alianças estratégicas com movimentos sociais para a cooperação internacional, pró-globalização solidária, pressão sobre atores de poder (p.e., imposto sobre transações financeiras) e sobre instituições multilaterais (ONU, FMI, BM, OMC, OIT, etc.) para que se integrem na Economia Solidária como um componente indispensável para o desenvolvimento social e humano sustentável e multidimensional.

- Alianças estratégicas com o setor acadêmico e outros agentes de pesquisa para aprofundar a pesquisa sobre as temáticas expostas.

- Experiências compartilhadas com o poder político (p.e. orçamento participativo, etc.), e acordos bilaterais ou multilaterais com os poderes públicos/políticos, fomentando legislações específicas sobre Economia Solidária ou colaborações pontuais.

Em toda ação e construção coletiva devemos cuidar de aspectos fundamentais e transversais:

- Ter paciência, saber esperar: grandes projetos políticos, culturais e sociais precisam de muito

tempo, ritmo pausado, passos firmes.

- Agir de baixo para cima, da pessoa para a entidade, do local para o global.

- Estabelecer relações horizontais, transparentes e participativas.

4. Consensos e divergências

Pontos de consenso:

- Organizar pro-ativamente outra economia e estruturas de produção; resolver o desafio da gestão empresarial e do conjunto da economia; promover uma economia integradora das iniciativas já existentes; fortalecer uma estratégia compartilhada e sinérgica que realmente o conjunto da Economia Solidária; colocar como um dos principais objetivos da economia solidária o atendimento das necessidades materiais básicas de todas as pessoas, respeitando o meio ambiente; promover o empoderamento do produtor e do consumidor; desconstruir a ciência econômica como tal; considerar a rica experiência que têm as mulheres na prática cotidiana solidária; construir práticas econômicas e educativas voltadas para a promoção de novos sujeitos, empoderados e autogestionários;

- A Economia Solidária não é somente um projeto econômico, mas também social e político: para ela é

essencial democratizar o Estado e o conjunto das relações na sociedade civil. A construção de uma globalização centrada no ser humano e no trabalho é uma construção cotidiana. Possui o potencial de integrar todos os segmentos sociais, visando condições dignas de vida, a realização de todos os direitos humanos e sociais e a construção da equidade respeitando as diversidades.

Pontos de divergência:

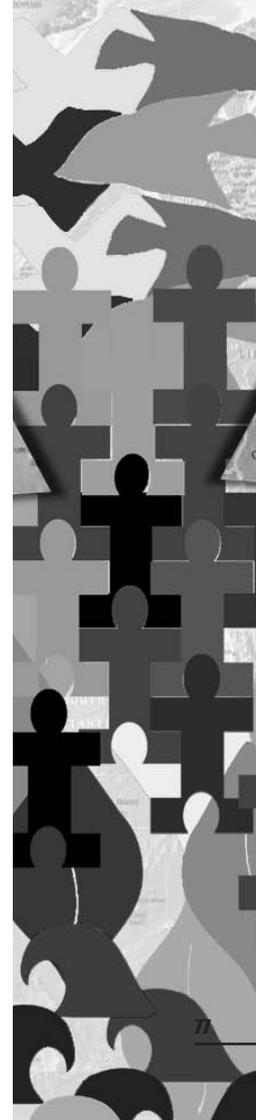
- Não houve divergências maiores que gerassem polêmicas.
- O que houve foram questionamentos em torno do alcance da Economia Solidária e do perigo que ela corre de ser apropriada pelo sistema capitalista.

5. Sujeitos puxadores

Associações autogestionárias de trabalhadores, movimentos de agricultura orgânica, movimentos sindicais e populares, pastorais e movimentos ecumênicos, organizações de comércio justo, de consumo ético e solidário, redes de trocas com ou sem moeda social, bancos éticos, bancos do povo, microcrédito solidário, redes de finanças solidárias, grupos de compras solidárias, movimentos de

boicote, cooperativismo e associativismo popular, cozinhas comunitárias, rádios comunitárias, organizações produtoras de software livre, associações de bairros, restaurantes multiculturais, jardins coletivos, espaços artísticos, redes locais de pequenas e médias empresas, creches comunitárias, movimentos de juventude e ecológicos, turismo solidário e outros sujeitos que compartilham deste projeto.

Sandra Maria Quintela Lopes - Socioeconomista. Coordenadora de Programas no Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul - PACS. Membro da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária; da Coordenação Nacional da Campanha Jubileu Sul e da Campanha Nacional contra a ALCA.



O PACS é uma organização sem fins lucrativos dedicada ao Desenvolvimento Solidário que trabalha com pesquisa socioeconômica e educação e tem sede no Rio de Janeiro. A proposta do PACS é colocar o trabalho e a criatividade de sua equipe a serviço dos movimentos sociais, das entidades eclesiais, dos governos populares, dos grupos de produção associada (cooperativas, empresas autogestionárias, associações, grupos informais e escola de trabalhadores), das escolas públicas e de outras organizações de desenvolvimento solidário na tentativa de pensar a economia de forma diferente e de dar um outro rumo ao nosso sistema sócio-econômico.

Foi fundado em 1986 como a parte brasileira do PRIES - Programa Regional de Investigações Econômicas e Sociais para o Cone Sul da América Latina -, iniciativa de um grupo de economistas comprometidos com processos de transformação social, que retornavam do exílio a seus países de

origem: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. O objetivo deste grupo era colocar sua experiência profissional e político-social a serviço dos movimentos sociais em seus respectivos países e no Cone Sul. Esta aliança, no entanto, foi dissolvida em 1995, após nove anos de colaboração e produção coletivas.

O PACS produz pesquisas, análises e reflexão crítica, sob a forma de publicações, programas de rádios e políticas alternativas e projetos de desenvolvimentos; assessorias e atividades educativas.





PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
Av. Rio Branco, 277 / 1609 - Centro CEP 20.040-009 - Rio de Janeiro/ RJ
Telefax: (0xx21) 2210-2124 - Correio Eletrônico: pacs@pacs.org.br
www.pacs.org.br

Neste número da Série Semeando Socioeconomia o tema tratado é a conferência de Economia Solidária realizada no Fórum Social Mundial 2002. A questão norteadora dessa conferência foi "a Economia Solidária está orientada apenas a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, ou tem a vocação de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades materiais de cada um/uma e de todos/todas os/as cidadã(o)s da Terra? "

Tendo como base essa questão mais de duas mil pessoas participaram da Conferência sobre Economia Solidária no Eixo I: Produção de riquezas e reprodução social, do Fórum Social Mundial 2002. Foi a primeira vez que o tema ocupou uma conferência do FSM e talvez tenha sido a maior atividade realizada sobre Economia Solidária no âmbito internacional.

O resultado do encontro está reunido nos seis textos que fazem parte desta publicação. Eles apontam para o avanço na construção de plataformas de ações concretas sobre Economia Solidária. Uma prova de que, com diálogo, cooperação e construção coletiva de ideais e ações pode-se pensar num mundo melhor e mais solidário.

Saiba mais sobre esta série:

Série Semeando Socioeconomia: livretos dedicados às práticas e reflexões sobre o desenvolvimento local, o cooperativismo autogestionário e popular, redes de economia solidária e eixos transversais.

Números anteriores:

Nº 1 - Construindo a Socioeconomia Solidária do Espaço Local ao Global (bilingue)

Nº 2 - Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica

Nº 3 - Histórias de Socioeconomia Solidária

Nº 4 - Construindo a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária

Nº 5 - Agenda Libertária (bilingue)

Nº 6 - Desafios ao Desenvolvimento Local: Terra e Habitação



ISBN 85-89366-04-9

